

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
Rua Barão de Mauá, 30 – Jucutuquara – 29040-860 – Vitória – ES
27 3198-0900

Projeto Pedagógico de Curso de Pós-Graduação Especialização em
Docência para a Educação Profissional e Tecnológica

Reitor

Jadir José Pela

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

André Romero da Silva

Diretora de Pós-graduação

Pedro Leite Barbieri

Diretora do Cefor

Aline Freitas da Silva de Carvalho

Coordenadoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão do Cefor

Márcia Oliveira Gonçalves

Comissão de Elaboração do PPC

Larissy Alves Cotonhoto

José Mário Costa Júnior

Mariella Berger Andrade

Yvina Pavan Baldo

Coordenação do Curso

Larissy Alves Cotonhoto

Assessoramento Pedagógico

Alessandro Poleto Oliveira

SUMÁRIO

1. Identificação do Curso	4
2. Caracterização da Proposta	5
2.1. Apresentação e Contextualização Institucional	5
2.3. A Universidade Aberta Capixaba (UnAC)	8
2.4. Justificativa	10
2.5. Objetivo Geral	12
2.5.1. Objetivos Específicos	12
2.6. Público-alvo	13
2.7. Perfil do Egresso	13
2.8. Metodologia	13
2.8.1. Atividades Assíncronas	14
2.8.2. Atividades Síncronas	14
2.8.3. Atividades presenciais	15
2.8.4. Mediação Pedagógica e acompanhamento dos estudantes	15
2.8.5. Metodologia das aulas e mediação	16
2.9. Trabalho Final de Curso - TFC	17
2.10. Critérios para Avaliação da Aprendizagem e para Certificação	17
2.11. Infraestrutura	18
2.11.1. Instalações gerais e equipamentos	18
2.11.2. Polos de Apoio Presencial	19
2.11.3. Biblioteca Virtual	19
2.11.4. Material Didático Digital	20
2.12. Ações Afirmativas para ingresso e permanência	21
2.12.1. Napne-Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas	22
2.12.2. Neabi – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas	24
2.12.3. Nepgens – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades	24
2.13. Fontes de Recursos Orçamentários e Outras Receitas	25
2.14. Plano de Aplicação Financeira de Cursos em Convênio	25
3. Corpo Docente e Técnico do Curso	25
3.1. Corpo Docente do Curso	25
3.2. Atribuições do corpo docente	30
3.3. Atribuições do coordenador de curso	30
3.4. Atribuições dos demais professores bolsistas	31
3.5. Corpo Técnico do Curso	33
4. Matriz Curricular	36
4.1. Componentes Curriculares ou Disciplinas	36
4.2. Ementário	36
5. Estágio	51
6. Referências	51

1. Identificação do Curso

Nome do Curso	Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica				
Código/Área de Conhecimento	70800006 - Educação 70807078 - Ensino Profissionalizante				
UA Responsável	Cefor/Reitoria				
Carga Horária Total	450	Duração (meses)	18	Nº de vagas	200
Modalidade	() Presencial - () Semipresencial - (x) A Distância				
Polos	a serem definidos pela UnAc				
Outras Instituições participantes	FAPES - Universidade Aberta Capixaba - UnAC				
Assessoramento Pedagógico	Alessandro Poletto Oliveira e apoio pedagógico contratado via edital de processo seletivo				
Período previsto para realização do curso					
() Oferta Regular – Início em: Periodicidade (meses): () 6 () 12 () Outro. Qual? (informe qual periodicidade) Observar artigo 42 ROD					
(x) Oferta única – Início em: Fevereiro/2026 Término em: Julho/2027 Obs: Replicável a critério da UNaC					
Funcionamento					
Dias	Segunda-feira a sábado		Horário	Flexível	
Coordenador					
Nome	Larissy Alves Cotonhoto				
E-mail	larissy.cotonhoto@ifes.edu.br		Telefone	(27)98811-2974	
Carga horária Ifes	40	Carga horária dedicação ao curso	20		
Área de formação	Psicologia e Educação				
Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/5973420305050319				

Resumo do Currículo Lattes

Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (1994), graduação em Pedagogia pela Universidade de Uberaba (2012), mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2001) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2014). Participou do Observatório Nacional de Educação Especial e do Observatório Estadual de Educação Especial do Espírito Santo. Atualmente é professora EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, lotado no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância - CEFOR. Tem experiência na área de Psicologia, Educação, Educação Especial e Educação a Distância. Pesquisa temas como: aprendizagem, desenvolvimento, formação de professores, educação especial, inclusão, autismo, deficiência intelectual, EaD, acessibilidade e tecnologias educacionais. Participa do

Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Educação Inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica e do Grupo de Pesquisa e Estudos em Design Educacional e Inclusão - GEDI.

Secretaria do Curso	
Servidor responsável pela Secretaria	Luciano Rodrigues Valin com apoio contratado via edital de processo seletivo
<u>Endereço, telefone, e-mail da Secretaria do curso</u> Endereço: Rua Barão de Mauá, 30, Jucutuquara, Vitória - ES, Cep 29040-860 Telefone: 27 3198-0903 e-mail: sa.cefor@ifes.edu.br	
<u>Horário/Dia de Funcionamento da Secretaria</u> Segunda a sexta-feira, das 7h às 19h.	

2. Caracterização da Proposta

2.1. Apresentação e Contextualização Institucional

Esta proposta visa apresentar o projeto pedagógico do Curso de Pós-graduação Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica que será ofertado pelo Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor) em parceria com o programa Universidade Aberta Capixaba (UnAC), por meio do EDITAL UNAC - 2025 - Sistema UniversidadES. Tendo início em 01 de junho de 2025 por meio do Termo de Outorga 480/2025 da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

A oferta em parceria com a UnAC caracteriza-se como oferta única e visa atender 200 vagas distribuídas igualmente entre os municípios Alegre, Castelo, Ecoporanga, Nova Venécia e Santa Leopoldina.

O curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica é abrangente e inovador, sendo planejado para formar profissionais de diversas áreas a se tornarem especialistas na área de educação profissional. **Consideramos que o curso é abrangente e inovador, por sua abordagem interdisciplinar, que integra pedagogia, tecnologia e gestão. Essa abrangência se manifesta na inclusão de conteúdos contemporâneos, como inteligência artificial na educação e competências socioemocionais, e na estrutura modular, que permite personalização do aprendizado. A busca por inovação pedagógica contempla a acessibilidade curricular, metodológica, tecnológica e comunicacional.** O objetivo principal do curso é disponibilizar aos participantes conhecimentos teóricos e práticos necessários para atuar na docência em ambientes de educação profissional e tecnológica, atendendo à crescente demanda deste setor no Brasil, impulsionada pelas novas propostas de formação no ensino médio e no ensino profissionalizante.

Ao longo do curso, os participantes desenvolverão habilidades e capacidades essenciais para preparar e ministrar aulas presenciais, no modelo híbrido e a distância, bem como participarão de atividades pedagógicas relevantes para a modalidade da educação profissional, atentando e contemplando suas características e saberes. Estima-se que os egressos serão capazes de elaborar e gerenciar projetos de cursos na modalidade, bem como planejar e desenvolver práticas pedagógicas e metodológicas em diferentes unidades de ensino, assim criando planos de aula

estimulantes e desafiadores para as disciplinas em que estarão habilitados a lecionar.

Entende-se que a proposta está de acordo com o Regimento Geral do Ifes (IFES, 2019a) o qual prevê, em seu Art. 28, que o Ifes e a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG) possui as seguintes atribuições: “VI. colaborar com os planos de formação e aperfeiçoamento do corpo docente” e “XVIII. propor e analisar a proposta de convênios com entidades que desenvolvam atividades de ensino de Pós-Graduação, bem como outros convênios propostos relacionados às atividades de Pesquisa”. Assim como no Art. 61 prevê que o Ifes e o Cefor devam: III. promover o ensino, a pesquisa e a extensão voltados para a formação de docentes e técnicos administrativos da educação, em diferentes níveis e modalidades; IV. promover a utilização e o desenvolvimento de Tecnologias Educacionais, visando à melhoria da qualidade da educação básica, técnica e tecnológica.

O projeto inicial originou-se da demanda por docentes preparados para atuar na Educação Profissional no Estado do Espírito Santo (ES), uma vez que o estado tem investido e expandido via Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti) e Secretaria Estadual de Educação (Sedu) a oferta de Educação Profissional e Tecnológica, do número de vagas para estudantes que se interessam e até mesmo precisam de uma formação integral, ou seja, uma formação acadêmica. Essa expansão contempla o ensino técnico integrado ao ensino médio, a Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional e em curso de formação continuada para cidadãos e trabalhadores capixabas.

Ademais, trata-se de uma proposta que já vinha sendo discutida pela gestão do Cefor junto a Reitoria, desde 2020, considerando as atribuições do Instituto e do Cefor dispostas no regimento geral do Ifes e nos princípios do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Ifes (IFES, 2019b), visando a expansão da oferta de cursos a fim de atender a demanda por profissionais qualificados para a modalidade da Educação Profissional, por meio da EaD e, em consonância com a Resolução nº 06/2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Básica (CEB), que define diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em seu art. 40, definiu que até o ano de 2020, todos os docentes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio graduados e não licenciados devem ter algum tipo de formação pedagógica. Por fim, a proposta está respaldada também pela Resolução CNE/CP Nº 1, de 6 de maio de 2022, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNMFormação).

Destaca-se que o Cefor conta com 18 anos de experiência na formação de profissionais para atuação na modalidade a distância, incluindo Cursos de Formação Inicial e Continuada e Cursos de Pós-graduação Aperfeiçoamento, assim como recentemente ofertamos um curso de especialização na área de formação de docentes para atuar na EPT em nível nacional, em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, do Ministério da Educação -MEC. O curso foi ofertado nos anos de 2021, 2022 e 2023, com a disponibilização total de mais de 10.000 vagas. O planejamento do curso, bem como a gestão e desenvolvimento foi realizado pelo Ifes, via o Ifes campus Colatina e o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, Cefor, todas as três ofertas sob a coordenação da profa. Dra. Larissy Alves Cotonhoto.

2.2. Breve histórico do Cefor e da EaD no Ifes

De acordo com o disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (IFES, 2019b),

no Ifes, o órgão gestor das políticas e diretrizes de EaD e uso das tecnologias educacionais é o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor). Criado em 2014, por meio da Portaria 1.602, de 11 de agosto de 2014.

Entretanto, as primeiras atividades em educação a distância no Ifes datam de 2004, a partir dos trabalhos de uma comissão que iniciou os estudos e a elaboração de uma proposição de projeto pedagógico em EaD para o então CEFETES-ES.

A primeira submissão de projeto para o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) ocorreu em 2005, por meio de participação no Edital de Seleção UAB nº 1/2005-SEED/MEC, no qual foi submetido o Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS), a ser ofertado pelo campus Serra e que viria a ser o primeiro curso superior na modalidade a distância do Ifes.

Após a aprovação do primeiro curso, o **Centro de Educação a Distância (Cead)** foi criado para gerenciar projetos de educação a distância no CEFET-ES. De 2006 a 2014, o Cead expandiu a educação a distância no Ifes, oferecendo cursos, produzindo materiais e treinando equipes. Em 2014, com base nas normativas do Governo Federal para a expansão dos Institutos Federais, o Cead se uniu ao programa Educimat e foi transformado no **Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cefor)**, com o objetivo de apoiar a educação a distância, o uso de tecnologias e a formação de educadores. Além de mudar para uma nova sede em 2015, o Cefor passou a ofertar, sem fomento externo, cursos de pós-graduação *lato sensu*, como a Especialização em Tecnologias Educacionais e a Especialização em Práticas Pedagógicas para Professores, e também continuou a oferecer cursos técnicos e superiores por meio dos programas Rede e-Tec Brasil e Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Foram oferecidos, em 2018, pelo Cefor diversos aperfeiçoamentos, dentre eles os cursos de Educação e Ambiente; Inclusão e Educação Especial; Formação Docente para EaD; Formação de Tutores para EaD e Tecnologias Digitais como Apoio ao Aprendizado de Matemática, além de cursos FIC (Formação Inicial e Continuada). No segundo semestre deste mesmo ano, ocorreu a primeira oferta sem fomento do Curso Técnico em Multimeios Didáticos.

Em 2019, o Cefor recebeu a visita do Inep para credenciamento da modalidade de ensino a distância, alcançando a nota máxima (5) e consolidando sua identidade dentro do Ifes. A partir desse resultado, o Cefor pôde focar em fortalecer a educação a distância na instituição e apoiar os campi e a Reitoria nesse processo. Ainda nesse ano, o Cefor lançou sua plataforma de cursos abertos (MOOCs) e ofertou, sem fomento externo, a primeira Pós-graduação Lato Sensu em Práticas Pedagógicas para Professores, que contou com dez campi como polos de apoio presenciais.

Durante a pandemia de COVID-19, entre 2020 e 2021, o Cefor garantiu a continuidade de todos os seus cursos a distância (técnicos, pós-graduações e FICs) e treinou os servidores do Ifes para o ensino remoto, chamado de Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNPs). Além de gerenciar o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle para essa finalidade, o centro lançou quatro cursos de pós-graduação e aperfeiçoamento totalmente a distância em 2020 e, em 2021, passou a oferecer a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras) a distância para diversos cursos de graduação do Ifes.

Em 2022 e 2023 o Ifes ampliou as ofertas a distância em parceria com dois importantes Programas que vem impulsionando a oferta de cursos de Pós-Graduação na modalidade EaD no Ifes. O primeiro é o Curso de Pós-graduação Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT), por meio de uma iniciativa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) para o

fortalecimento da formação de professores, com oferta de 6.200 vagas, em 2022. Em virtude da grande demanda, em 2023 foram ofertadas mais 3.500 vagas distribuídas entre 36 polos de apoio presencial localizados em todos os Estados e no Distrito Federal, oferta que encontra-se em andamento quando da escrita deste projeto.). O segundo é o Programa Universidade Aberta Capixaba (UnAC), por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), através do qual o Ifes já ofertou diversos cursos de Aperfeiçoamento, Graduação e Pós-Graduação. E, no contexto da UnAC, ofertou entre 2022 e 2023 os cursos de Aperfeiçoamento em Educação Especial Inclusiva; Aperfeiçoamento em Internet das Coisas e, atualmente, está em fase de conclusão da primeira turma do Curso de Especialização em Educação Especial Inclusiva.

No ano de 2024, a modalidade EaD consolidou-se ainda mais no Ifes e conta com a oferta de cursos técnicos, de graduação, pós-graduação em EaD e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de ensino e extensão, ofertados por diversos campi. Alguns cursos são ofertados de forma institucionalizada e regular e outros sob demanda e por meio de parcerias com fomento externo. Além da oferta de cursos abertos, que seguem a tendência mundial de cursos totalmente on-line, no formato de cursos MOOC.

Em 2025, o Cefor continua expandindo suas ofertas por meio de cursos institucionalizados, com fomento externo e MOOC, fazendo a EaD do Ifes alcançar todos os estados do Brasil. A previsão é que sejam realizadas 21.151 matrículas neste ano, incluindo todas as ofertas pertencentes ao Cefor. Assim, nota-se que as ofertas vêm se mantendo crescentes e encontram-se cada vez mais estruturadas, tanto no que se refere à metodologia da EaD, quanto no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem e das tecnologias digitais na educação.

2.3. A Universidade Aberta Capixaba (UnAC)

O programa Universidade Aberta Capixaba (UnAC) faz parte do Sistema UniversidadES e possui a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de graduação e pós-graduação no Estado do Espírito Santo e funciona por meio de ensino a distância, híbrido e presencial e da utilização dos polos de apoio presenciais já existentes do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) (ES, 2024a; ES, 2024b). Este programa está sendo executado pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), considerando as metas do Plano Estadual de Educação (ES, 2015), em particular as metas 12, 13 e 16.

O Ifes tem a meta de cooperar com o Governo do Estado no cumprimento das Diretrizes da Política Nacional de Formação de Professores e das metas estabelecidas no Plano Estadual de Educação Lei 10382 2015-2025 (ES, 2015), especificamente:

Meta 12 – Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13 – Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta 16 - Formar, em nível de pós-graduação, 90% dos professores da educação básica, e garantir a todos os(as) profissionais da educação básica formação continuada

em sua área de atuação.

O Governo do Estado do Espírito Santo, consciente da grande demanda não suprida pelas instituições de ensino atuais, surge com a proposta de reunir e articular as ações já realizadas no estado, incluindo novas parcerias para a oferta de novas vagas, no âmbito do Sistema Universidade Estadual do Espírito Santo (UniversidadeES).

Neste contexto, o Governo do Estado e o Ifes assinaram um Memorando de Entendimento com o objetivo de desenvolver uma cooperação na área da Educação Superior, com vistas a avaliar a viabilidade de atendimento e oferta de cursos superiores públicos na modalidade a distância no estado do Espírito Santo.

Para atendimento ao objetivo deste Memorando, foi desenvolvido inicialmente, pela coordenação da UnAC-Ifes, um plano de trabalho do projeto de Formação de Profissionais Capixabas, para cursos de Graduação e Pós-Graduação, cujas ofertas iniciaram em 2022/1. O curso de Especialização em Gestão e Docência em Educação a Distância faz parte da 4ª negociação entre as instituições de ensino parceiras do Estado, considerando:

- Questionário feito pela SECTI (Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional) e respondido por 8 mil pessoas priorizando os cursos de interesse.
- Demandas do Estado em relação aos cursos ofertados, por exemplo o Projeto Estado Presente.
- Conciliação da distribuição dos cursos entre UnAC/Ifes, UnAC/Ufes, UAB/Ifes, UAB/Ufes e Programa Cursos em Rede do Ifes.
- Conciliação da distribuição dos cursos levando-se em conta graduações e pós-graduações.

Em maio de 2025 a proposta de oferta desse curso foi aprovada pelo governo do Estado, por meio da Fapes, tendo previsão orçamentária para início da oferta no primeiro semestre de 2025.

Para tornar a oferta do curso viável, a Equipe de Gestão da UnAC/Ifes, tem, entre suas principais atribuições: coordenação dos secretários dos cursos ofertados; coordenação dos designers educacionais dos cursos ofertados; apoio aos processos seletivos de bolsistas e alunos dos cursos ofertados; articulação junto ao campus ofertante do curso com a Secti e a agência de fomento (Fapes); apoio às coordenações dos cursos quanto ao planejamento e execução da oferta do curso; apoio às coordenações dos cursos nos processos de seleção e formação da equipe; assessoramento às coordenações dos cursos nas tarefas administrativas e acadêmicas; atendimento às equipes do curso: coordenadores, secretários e professores; atendimento aos usuários dos sistemas de informação relacionados aos cursos ofertados; produção de conteúdo digital necessários para as disciplinas dos cursos ofertados; publicação de notícias e comunicados da UnAC/Ifes; e emissão de documentos acadêmicos.

2.4. Justificativa

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei nº 9.394/1996) preceitua que o magistério da educação básica seja exercido por professores habilitados para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio - Artigo 62 da LDB (BRASIL, 1996). Assim, a Educação Profissional enquanto oferta associada à educação básica, especialmente o ensino técnico, se inclui nessa categoria. As diretrizes do ensino técnico, no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, recomendam para a

formação desse profissional, que:

Na realidade, em Educação Profissional, quem ensina deve saber fazer. Quem sabe fazer e quer ensinar deve aprender a ensinar. Este é um dos maiores desafios da formação de professores para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. É difícil entender que haja essa educação sem contar com profissionais que estejam vinculados diretamente com o mundo do trabalho, no setor produtivo objeto do curso. Entretanto, os mesmos precisam estar adequadamente preparados para o exercício da docência, tanto em relação à sua formação inicial, quanto à formação continuada e permanente, pois o desenvolvimento dos cursos técnicos deve estar sob responsabilidade de especialistas no segmento profissional, com conhecimentos didático-pedagógicos pertinentes para orientar seus alunos nas trilhas do desenvolvimento da aprendizagem e da constituição dos saberes profissionais. A formação inicial para o magistério na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e as normas específicas que regem a matéria, de modo especial, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação. Os sistemas de ensino devem viabilizar essa formação, podendo ser organizada em cooperação com o Ministério e Secretarias de Educação e com instituições de Educação Superior.

De acordo com o inciso II do art. 67 da LDB, “a formação inicial, porém, não esgota o desenvolvimento dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada”.

A Lei dos Institutos Federais preconiza, no que tange ao nível superior, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008). Assim, esta oferta também cumpre as finalidades e objetivos dos Institutos Federais em sua oferta educativa.

A implementação de programas e ações de formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica é urgente e fundamental para o Brasil. Diante da constatação de que “o Brasil ocupa um dos últimos lugares do mundo na oferta de educação profissional” (Moraes; Albuquerque, 2019, p. 7), diversas políticas que visam ao desenvolvimento dessa modalidade educacional em larga escala foram implementadas nas últimas décadas, marcadamente a instauração da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujas unidades de ensino foram quadruplicadas em número desde 2004, sem esquecer a ampliação das outras redes de ofertantes, tais como a dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, das Redes Estaduais e privadas.

Outro marco de potencial desenvolvimento da Educação Profissional reside na possibilidade aberta pela Lei nº 13.415/2018, mais especificamente no quinto itinerário do Ensino Médio, voltado para a Formação Profissional e Técnica. Ora, tanto no caso das políticas supramencionadas como na perspectiva aberta com o novo Ensino Médio, a formação docente permanece um dos grandes desafios, uma vez que ainda carecemos de programas que permitam a construção de itinerários de formação dos professores voltados às especificidades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Ao regime de contratação de docentes das entidades federais e estaduais, pautado mormente na titulação acadêmica, por um lado, bem como às recorrentes carências de formação didático-pedagógica daqueles que têm, em todos os âmbitos formativos, a

missão de ensinar uma profissão soma-se o desafio de desenvolver abordagens pedagógicas e educacionais que incorporem as dimensões epistemológicas, éticas, estéticas, sociais, ambientais e econômicas do trabalho de modo a promover uma formação de trabalhadores que os empodere em todas as dimensões citadas. Uma formação de trabalhadores qualificada reduzirá o custo Brasil, uma vez que um trabalhador melhor qualificado aumenta o rendimento de seu trabalho, reduz desperdícios e otimiza recursos. Também uma formação qualificada auxilia na ampliação das ações empreendedoras, agrega valor a produtos e serviços, melhor elaborados, desdobrando-se na melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade brasileira.

É fato que os principais esforços da educação brasileira têm se voltado prioritariamente para a educação propedêutica, com vistas ao Ensino Superior, haja vista haver um milhão de matrículas no Ensino Técnico, contra 8 milhões de matrículas no Ensino Superior (INEP, 2018), quando, na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, a relação chega a ser o oposto. Considerando a escolaridade média do brasileiro de 7,6 anos, significando que a maioria dos adultos brasileiros não concluiu a Educação Básica, os recorrentes esforços educacionais não têm surtido o efeito desejável, faltando ainda oportunidades educacionais diversas do Ensino Superior, como a Educação Técnica de Nível Médio e a Qualificação Profissional. Esta cultura educacional só pode ser superada por uma política de estado de longo prazo, que inicie pela formação docente para a Educação Profissional, uma vez que a oferta de vagas vem aumentando com a expansão da Educação Profissional e Tecnológica e deverá aumentar, ainda mais, com o novo Ensino Médio.

Considerando a diversidade de perfis docentes demandados pela Educação Profissional e Tecnológica, um programa de formação de professores de abrangência nacional precisa ser flexível, coerente, de ampla capilaridade e, especialmente, sintonizado às demandas formativas dessa modalidade, que se diferenciam das formações para a educação infantil e o ensino fundamental.

O presente curso insere-se em um projeto que busca atender à diversidade das demandas formativas para professores da Educação Profissional e Tecnológica, desde sua formação inicial, passando pela qualificação profissional, a certificação de saberes, a formação continuada e a produção de soluções e inovações educacionais em programas de pós-graduação. Considerando os dados da Plataforma Nilo Peçanha, dos relatórios dos Serviços Nacionais e do Censo da Educação Básica, estima-se que cerca de 150 mil professores atuem na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil hoje, a maioria dos quais não está habilitada para a docência na EPT. Todavia, com o advento do quinto itinerário do Novo Ensino Médio, voltado para a formação técnica e profissional, esse número está, no mínimo, duplicado nos últimos anos. Assim, docentes da Educação Profissional e Tecnológica já graduados (em grau de bacharel ou tecnólogo), mas sem licenciatura; potenciais docentes de EPT também já graduados e sem formação inicial; além de profissionais da EPT que necessitam de atualização ou qualificação constituem o público-alvo deste projeto de formação para docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Vale salientar que este projeto pedagógico considera a Educação Profissional e Tecnológica como um “campo de estudos” próprio, isto é, conta com concepções e epistemologia específicas, didática própria, abordagens educacionais e metodologias características, constituindo, conseqüentemente, saberes e fazeres inerentes a um campo científico e educacional único - o campo da ciência da técnica.

Nesse sentido, a Especialização em Docência para a Educação Profissional foi concebida para atender às necessidades específicas dos profissionais da educação.

Seu propósito é proporcionar uma formação abrangente em gestão, planejamento e docência na Educação Profissional e Tecnológica, capacitando os ingressantes de maneira teórica e prática. O objetivo é que os cursistas se tornem agentes capazes de colaborar efetivamente para o aprimoramento e fortalecimento da modalidade no Espírito Santo. Por meio dessa especialização, busca-se instrumentalizar os profissionais para que possam contribuir significativamente para o desenvolvimento e expansão da EPT no estado.

De acordo com o disposto no site do Programa Universidades (ES, 2024b), a UnAC e a Secti têm a finalidade de expandir a oferta de cursos profissionalizantes e programas de educação profissional em nível, médio, superior e pós-graduação no Espírito Santo, assim como disseminá-los para os diversos polos, espalhados pelos municípios do Estado, em regime de colaboração com instituições de ensino superior públicas. Atualmente conta com 28 polos de apoio presencial espalhados pelo estado.

Portanto, considera-se que essa demanda de expansão da EPT por incentivo da Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti) e UNaC também justifica a criação deste curso, que se soma ao esforço de ampliar a qualidade da formação de docentes e demais profissionais para atuarem na EPT.

O curso de especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica contribui diretamente para o alcance das metas 12, 13 e 16 do Plano Estadual de Educação do Espírito Santo ao formar professores especializados capazes de elevar a qualidade da educação profissional e tecnológica no estado. Por meio da qualificação docente específica, o curso fortalece a EPT como via de acesso ao ensino superior (Meta 12), promove a melhoria da qualidade da educação superior tecnológica através de metodologias pedagógicas adequadas e formação continuada de professores (Meta 13), e consolida a expansão e qualificação da educação profissional e tecnológica (Meta 16). A formação de docentes especializados em EPT resulta em práticas pedagógicas mais eficazes, currículos melhor articulados entre formação geral e profissional, e maior capacidade de atendimento às demandas do mundo do trabalho, impactando positivamente na redução da evasão escolar, no desenvolvimento de competências técnico-científicas dos estudantes e na formação de profissionais mais qualificados para o mercado de trabalho capixaba.

Diante do exposto, justifica-se essa oferta considerando a existência de demanda conforme dados do Cefor e levantamento realizado pela UnAC; a necessidade de formação profissional adequada para a modalidade EPT em nível de Pós-Graduação e a relevância tanto para os profissionais da educação de modo geral quanto para o público específico abarcado pelo Programa UnAC no que tange à vocação regional de qualificação dos servidores do estado do Espírito Santo.

2.5. Objetivo Geral

O Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica objetiva promover a formação continuada de graduados, bacharéis e/ou tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional e tecnológica, especialmente nos Cursos Técnicos de Nível Médio.

2.5.1. Objetivos Específicos

- Promover a formação continuada de professores para as ofertas da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente para os Cursos Técnicos de Nível Médio.
- Estimular a produção e a difusão de conhecimentos sobre a Educação Profissional e Tecnológica como campo de estudos, compreendendo a pesquisa e a extensão como princípios educativos.
- Incentivar o uso da Educação a Distância como modalidade educativa articulada à Educação Profissional e Tecnológica.

2.6. Público-alvo

O público-alvo é constituído por graduados, especialmente bacharéis e tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes de educação profissional e tecnológica.

2.7. Perfil do Egresso

Ao fim do curso, o egresso estará capacitado para implementar as seguintes competências:

- preparar uma aula ou atividade equivalente, teórica e prática, constante de um Projeto Pedagógico de Curso Técnico;
- lecionar com desenvoltura as atividades constantes da sua área de formação;
- elaborar planos de ensino e planos de aula para as unidades a que estiver habilitado a lecionar;
- elaborar e implementar um processo avaliativo afinado aos princípios gerais da Educação Profissional;
- aplicar recursos tecnológicos e da Educação a Distância em atividades educativas;
- ser capaz de apresentar, no planejamento de sua instituição de ensino, contribuições e soluções fundamentadas nos estudos acadêmicos e fundamentos legais da educação profissional e tecnológica;
- planejar e executar projetos de pesquisa e de extensão, articulados ao ensino, em Educação Profissional;
- organizar e compor equipe de trabalho para elaboração de projetos pedagógicos de cursos técnicos de nível médio presenciais ou a distância;
- inserir-se no campo de estudo “Educação Profissional e Tecnológica”, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis;
- planejar e implementar práticas pedagógicas inclusivas para alunos com deficiência, garantindo acesso de todos aos componentes curriculares trabalhados.

2.8. Metodologia

O Curso será desenvolvido em três semestres, na modalidade a distância. Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), Moodle, no qual serão disponibilizados os materiais didáticos digitais, realizadas as aulas assíncronas (videoaulas) e as atividades de aprendizagem e avaliação. Além disso, o curso contempla aulas síncronas (realizadas ao vivo por meio de ferramentas de webconferência), encontros e avaliações presenciais realizadas nos polos de apoio presencial.

Os planos de ensino de cada componente curricular serão elaborados respeitando a proporção recomendada entre atividades síncronas e assíncronas de acordo com o Regulamento do Curso, recomendações do programa UnAC e do Regulamento de Organização Didática (ROD) dos Cursos de Pós-Graduação do Ifes.

Os professores poderão prever em seus planos de ensino uma diversidade de atividades a serem realizadas em momentos presenciais, síncronos ou assíncronos, tais como:

2.8.1. Atividades Assíncronas

- Leituras e Materiais de Estudo: disponibilização de textos didáticos digitais, artigos, e-books etc.
- Fóruns de Discussão: participação em discussões assíncronas.
- Atividades Práticas Individuais: exercícios e tarefas para serem realizados individualmente.
- Atividades Práticas em Grupo: exercícios e tarefas para serem realizados em grupo por meio de recursos tecnológicos que permitam a escrita colaborativa.
- Vídeos e Tutoriais Gravados: aulas gravadas para revisão e estudo individual.
- Trabalhos em Grupo Online: colaboração assíncrona em projetos ou atividades em grupo.
- Avaliações Online: questionários, quizzes, jogos e H5P, e outras ferramentas do Moodle ou disponíveis na web que possibilitem realizar avaliações de forma assíncrona.
- Projetos de Pesquisa: desenvolvimento de projetos de pesquisa ao longo do curso.
- Projeto de Material Didático Digital: desenvolvimento de materiais didáticos digitais para EaD.
- Sessões individuais para orientação acadêmica.
- Laboratórios Virtuais: Experiências práticas realizadas online, principalmente no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Visitas Virtuais: Tours virtuais, palestras ou entrevistas online.
- Eventos Online: Participação em eventos acadêmicos ou *lives*.

2.8.2. Atividades Síncronas

- Aulas Online ao Vivo: Palestras e apresentações interativas; discussões em tempo real, sessões de Perguntas e Respostas; Encontros para os alunos esclarecerem dúvidas.
- Grupos de Discussão Síncronos: Debates em pequenos grupos durante as aulas; Apresentações de Projetos ou Materiais Didáticos;
- Simulações e Demonstração Prática: Realização de atividades práticas com interação ao vivo.
- Convidados Especiais: Palestrantes especialistas convidados para enriquecer o conteúdo.

2.8.3. Atividades presenciais

Serão realizados encontros e avaliações presenciais nos polos de apoio presencial a fim de promover a integração entre alunos e professores; realizar atividades colaborativas; simulações e outras atividades pertinentes à formação para além de provas e apresentação de seminários.

A estrutura do programa UnAC contempla os seguintes papéis para atendimento ao aluno: Professor Formador; Professor Mediador e Mediador Presencial para atuação no decorrer do desenvolvimento dos componentes curriculares do curso. Além desses, se necessário, também está prevista a contratação de Professor de Atendimento Educacional Especializado e Tradutor e Intérprete de Libras - Língua Portuguesa, de acordo com a demanda dos alunos PcD. Para a disciplina de Trabalho Final de Curso estão previstos um Professor Formador e a atuação do Professor Orientador para acompanhar um grupo de cursistas no desenvolvimento do Trabalho Final de Curso.

O professor formador é o responsável pelo planejamento e elaboração de conteúdos e atividades da disciplina e da sua implementação no Moodle. O professor mediador é o responsável por acompanhar os alunos a distância por meio do Ambiente Virtual e o Mediador presencial é o responsável por acompanhar e apoiar os alunos no polo de apoio presencial.

2.8.4. Mediação Pedagógica e acompanhamento dos estudantes

Está prevista a garantia do acompanhamento por professores mediadores, tanto presenciais quanto a distância, que é fundamental para promover uma experiência de aprendizagem mais eficaz e engajadora em ambientes educacionais online.

A mediação pedagógica prevista no curso possui uma abordagem que considera vários aspectos e dimensões da Educação a Distância abordadas nas práticas docentes do Cefor tais como: *articulação com a equipe do curso; comunicação mediada por tecnologia; diálogo, interação e interatividade; superação da distância transacional; afetividade e à empatia; mediação inclusiva; abordagem e a administração de situações desafiadoras e a avaliação e o feedback* (AMORIM *et. al.*, 2022).

Os Mediadores serão selecionados e passarão por processo formativo abordando cada uma dessas dimensões nas quais serão elencados aspectos pedagógicos, tecnológicos, práticos e conhecimentos que devem ser considerados pelo mediador em

sua prática profissional considerando as especificidades da EaD e do AVA. Esse tipo de mediação visa proporcionar ao estudante:

- Suporte Individualizado, compreendendo as necessidades específicas e fornecendo orientações adequadas ao estudante.
- Motivação e engajamento proporcionando acompanhamento presencial e a distância a fim contribuir para manter os alunos motivados e engajados no processo de aprendizagem.
- Esclarecimento de dúvidas relacionadas ao conteúdo no AVA. Esta tarefa é de responsabilidade dos Professores Mediadores que têm um papel fundamental no esclarecimento de dúvidas contribuindo para a superação de obstáculos e a promoção de um ambiente de aprendizagem mais fluido.
- Acompanhamento contínuo da aprendizagem e do progresso dos estudantes visando melhorar o desempenho acadêmico.
- Fomento à Interatividade com oportunidades para discussões, troca de ideias e a construção coletiva do conhecimento.
- Desenvolvimento de habilidades sociais dos alunos, por meio dos Professores Mediadores, no ambiente virtual auxiliando na comunicação eficaz, resolução de conflitos e no entendimento da importância do trabalho em equipe.
- Superação da distância transacional e adaptação à modalidade a distância por meio da atuação dos mediadores que facilitam a adaptação a esse formato de aprendizagem, fornecendo um apoio essencial para superar possíveis barreiras.

Os professores mediadores têm o papel de fornecer feedback construtivo e orientações específicas para o aprimoramento do desempenho acadêmico.

Os Mediadores Presenciais serão os responsáveis por organizar e mediar os encontros presenciais no polo de apoio presencial, bem como realizar atendimentos presenciais para auxiliar alunos em possíveis dúvidas acerca do uso do Moodle e outras tecnologias. Além de realizar a busca ativa por meio de contato com os estudantes matriculados no polo de sua responsabilidade.

Assim, por meio da combinação de ações dos professores mediadores presenciais e a distância almejamos uma estratégia de mediação pedagógica abrangente que visa atender às diversas necessidades dos alunos e otimizar a eficácia do processo de ensino-aprendizagem na EaD.

2.8.5. Metodologia das aulas e mediação

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no AVA, nas atividades síncronas online e presenciais no polo. Os principais interlocutores desse processo formativo serão os professores mediadores e os mediadores presenciais. Presencialmente os cursistas irão interagir com os demais colegas, a partir da atuação do Mediador Presencial. Nos encontros presenciais serão desenvolvidas atividades avaliativas e de participação colaborativa. As demais atividades serão desenvolvidas no AVA.

O atendimento presencial será realizado nos polos de apoio presencial pelo Mediador Presencial nos dias e horários estabelecidos no cronograma do curso e divulgados no início do período letivo.

O atendimento a distância ao aluno e a avaliação das atividades serão realizadas pelo professor mediador da disciplina, por meio do AVA e webconferência, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

O *feedback*, referente às atividades realizadas, será realizado pelo professor mediador no prazo de uma semana a partir da data prevista para o encerramento de cada atividade.

Os conteúdos, métodos, técnicas, recursos educativos e processos de avaliação serão adequados aos discentes com necessidades educacionais específicas de acordo com a avaliação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e do acompanhamento do Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

2.9. Trabalho Final de Curso - TFC

O Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica prevê a elaboração de um Trabalho Final de Curso (TFC), para ser desenvolvido no prazo máximo de 6 (seis) meses.

O TFC constitui-se numa atividade científica de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo, constituindo-se requisito obrigatório para a integralização curricular do estudante e poderá se constituir em uma pesquisa ou projeto de intervenção e focalizará um tema ligado ao conteúdo do Curso, na área de Docência para a Educação Profissional e Tecnológica e em consonância com seus objetivos.

O TFC deve seguir as Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos e Científicos do Ifes, bem como deverão ser depositados pelo discente no Repositório Institucional do Ifes (RI), sob a supervisão e com anuência do orientador, de acordo com a regulamentação institucional.

2.10. Critérios para Avaliação da Aprendizagem e para Certificação

O processo avaliativo de cada componente curricular será realizado de forma processual com caráter diagnóstico e formativo, planejado pelo docente responsável, executado pelo professor mediador a distância e expresso mediante os critérios estabelecidos no Regulamento do Curso, respeitando-se as orientações do Regulamento da Organização Didática (ROD) dos Cursos de Pós-Graduação, de Formação Continuada e Stricto Sensu do Ifes.

Na avaliação serão considerados aspectos qualitativos e quantitativos, presentes tanto no domínio cognitivo quanto no desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores. E, os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, constando no plano de ensino da cada unidade curricular, estimulando o aluno à: pesquisa, reflexão e criatividade.

Serão considerados aprovados em cada componente curricular os discentes avaliados com média igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos)

Os critérios de aprovação incluem o desempenho satisfatório nas atividades avaliativas, cuja aprovação acontece pelo cumprimento de, no mínimo, 60 (sessenta) pontos, numa escala de zero a cem pontos.

Para fins de recuperação do resultado final das disciplinas, o aluno poderá ser submetido a um período de recuperação, definido pelo professor, com

acompanhamento do Professor Mediador, dentro da previsão de fechamento das pautas, conforme calendário acadêmico.

A recuperação de estudos compreenderá a realização de atividades no decorrer do período letivo, visando a promoção da aprendizagem. As atividades poderão conter estratégias alternativas que atendam necessidades específicas, tais como atividades sistemáticas em horário de atendimento paralelo ou estudos dirigidos. Ao final dos estudos de recuperação, o aluno será submetido a nova avaliação, prevalecendo sempre a maior nota entre a obtida na avaliação realizada antes da recuperação e a obtida na avaliação após a recuperação.

Os alunos que não atingirem nota superior a 60 serão desligados do curso, conforme regulamento.

A frequência está baseada na realização das atividades constantes no Ambiente Virtual de Aprendizagem, das avaliações a distância e presenciais. Sendo o acompanhamento dos acessos dos estudantes e registros das notas realizadas pelos professores mediadores.

A avaliação deve permitir ao estudante sentir-se seguro quanto aos resultados que vai alcançar no processo de ensino-aprendizagem. A avaliação do estudante feita pelo professor será somativa, considerando o processo de construção do conhecimento. Os métodos e instrumentos de avaliação se diferenciam conforme a natureza do componente curricular. As atividades avaliativas serão realizadas no ambiente virtual de aprendizagem Moodle ou em outras ferramentas digitais associadas a este e também em encontros presenciais nos polos de apoio presencial para avaliação final de cada módulo.

A certificação do curso será concedida aos estudantes que obtiverem aprovação em todos os componentes curriculares previstos e realizarem a apresentação do Trabalho Final de Curso. Também devem atender todas as exigências do Regulamento interno do Curso e do Regulamento da Organização Didática dos Cursos de Pós-Graduação, de Formação Continuada e Stricto Sensu do Ifes.

Desta forma, ao final do curso, torna-se obrigatório o depósito do trabalho produzido no âmbito desta Pós-Graduação no Repositório Institucional do Ifes para que o aluno possa solicitar seu certificado.

A avaliação do curso ocorrerá, regularmente, por meio dos instrumentos da Comissão Própria de Avaliação do Ifes (CPA) e também promovida pela Coordenação do Curso por meio de questionário a ser aplicado aos estudantes ao final de cada componente curricular. Os professores terão acesso visando contribuir na revisão de suas práticas e estrutura da unidade curricular nas próximas ofertas.

2.11. Infraestrutura

O curso será oferecido pelo Cefor, por meio da parceria com a UnAC, em conformidade com o planejamento estabelecido junto à coordenação da UnAC no Ifes. As aulas serão ministradas no Ambiente Virtual de Aprendizagem - Moodle e nos polos de apoio presencial credenciados. Assim, por se tratar de um curso na modalidade EaD, destacamos a infraestrutura física e digital.

2.11.1. Instalações gerais e equipamentos

O Cefor, em sua infraestrutura física, prevê a acessibilidade arquitetônica através de livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo, com eliminação de

barreiras arquitetônicas. Buscou-se desenvolver adequações físicas em seu prédio, tais como: implantação de um elevador para acesso aos quatro andares da instituição; adequação de corrimão nas escadas do prédio e áreas de acesso; designação de vagas de estacionamento para pessoas com pouca ou nenhuma mobilidade física; disponibilização de um banheiro adaptado com acesso por rampa no piso inferior; sinalização de suas diferentes dependências por meio de placas com escrita em português e em Braille.

Sobre a infraestrutura digital, o Cefor gerencia o Ambiente Virtual de Aprendizagem - a Plataforma Digital Moodle (<https://ava3.cefor.ifes.edu.br/>). Para esse gerenciamento e acompanhamento, a unidade possui uma Coordenação Geral de Tecnologias Educacionais (CGTE) e uma Coordenação Geral de Tecnologias da Informação (CGTI), que juntas elaboram, produzem e desenvolvem recursos e materiais digitais para os cursos ofertados na modalidade a distância, além de desenvolverem tecnologias assistivas e produzirem materiais digitais acessíveis.

Portanto, a equipe multiprofissional contratada para este curso ficará responsável pelo planejamento e a produção de materiais digitais para as disciplinas, bem como será o responsável pela gestão pedagógica e acadêmica do mesmo.

2.11.2. Polos de Apoio Presencial

Os Polos de Apoio Presencial que serão utilizados no curso são compartilhados com o Programa UAB e já foram avaliados pela Capes quanto a questões de acessibilidade e estão todos aptos e sem restrição para ofertar cursos a distância.

Todos os polos e o Cefor possuem laboratório de informática e salas de aulas compatíveis com a necessidade do curso.

Destaca-se que o financiamento do programa UnAC destina-se à expansão da oferta de cursos no estado do Espírito Santo, logo, para essa oferta serão contemplados os polos de apoio presencial localizados nos municípios de Alegre, Castelo, Ecoporanga, Nova Venécia e Santa Leopoldina e, para a turma de oferta institucional, o polo será a sede do Cefor, no município de Vitória.

2.11.3. Biblioteca Virtual

Os alunos terão acesso às bibliotecas virtuais do Ifes para acesso a material bibliográfico de qualidade em formato digital, compatível com as necessidades do curso. As informações sobre acesso estão disponíveis na página da Biblioteca do Cefor (<https://cefor.ifes.edu.br/index.php/component/content/article/2-uncategorised/17150-bibliotecas-virtuais>).

A biblioteca, acessada por meio do AVA Moodle, conta com um acervo virtual com o suporte de duas plataformas digitais que são a Biblioteca Virtual Pearson e a Minha Biblioteca, que permitem o acesso, 24 horas por dia e 7 dias por semana, de qualquer lugar com internet.

Ainda no que se refere a bibliotecas, é disponibilizado o serviço de acesso às normas da ABNT e Mercosul para toda a comunidade acadêmica, por meio da plataforma Target GEDWeb e, também, via Sistema Pergamum. Além dessas, os estudantes podem ter acesso a outras bibliotecas virtuais: Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Biblioteca Domínio Público; Biblioteca Digital Mundial; Repositório online ProEdu; Biblioteca Digital e Sonora; Public Library of Science; The National Academies Press; Project Gutenberg; Google Book. Os estudantes do curso

ainda contam com acesso ao Portal de Periódicos da Capes.

Todas essas plataformas digitais estarão disponibilizadas para os alunos no AVA por meio de links de acesso, conforme demanda das disciplinas.

E, finalmente, o Ifes possui um Repositório Institucional (RI) do Ifes, disponível no endereço <https://repositorio.ifes.edu.br/>, que é um sistema pensado para armazenar, gerenciar, preservar e disseminar a produção técnico-científica dos servidores e estudantes da instituição, de forma livre e gratuita. Os arquivos do RI estão categorizados em: Edifes; Eventos Ifes; Produção Científica; Teses e Dissertações; e Trabalhos Acadêmicos e Técnicos. Os estudantes podem fazer *download*, imprimir, compartilhar ou utilizar os materiais para fins educacionais e não comerciais, fazendo-se a devida citação dos direitos autorais conforme o termo de uso de cada documento.

2.11.4. Material Didático Digital

Além do material bibliográfico disponível nas bibliotecas virtuais, o material didático específico para o curso será disponibilizado eletronicamente no Moodle do Ifes, em diversos formatos, de acordo com a proposta de cada componente curricular.

Esses materiais serão produzidos pelos professores responsáveis pelas disciplinas, com o apoio da equipe multidisciplinar do curso, de acordo com o fluxo e orientações instituídas da Coordenadoria Geral de Tecnologias Educacionais (CGTE), respeitando os requisitos de acessibilidade recomendados.

Estão entre os principais materiais previstos para o curso:

- Videoaulas elaboradas e produzidas pelos professores formadores.
- Livros Digitais produzidos pelos professores formadores no Moodle.
- Apresentações multimídia com conteúdo interativo em H5P no Moodle.
- Slides interativos (por exemplo, Google Slides, Microsoft PowerPoint, Prezi e outros softwares de apresentação não lineares).
- Vídeos Educativos.
- Webinars e palestras com especialistas.
- Simulações interativas.
- Portfólios digitais.
- Tutoria e comunidades de prática online.
- Recursos educacionais abertos (REAs).
- Visitas virtuais a ambientes de EPT.
- Infográficos.
- E-books.
- Jogos digitais educativos.
- Podcasts Educativos.

- Textos didáticos em pdf.

Para garantir a acessibilidade comunicacional, os materiais didáticos serão produzidos pela equipe multiprofissional do curso selecionada para este fim, e serão planejados pelos professores formadores em colaboração com a equipe de acessibilidade contratada com este objetivo. Para trazer acessibilidade ao curso e aos materiais, serão desenvolvidas Traduções em Libras, legenda em português para surdos usuários de língua portuguesa e audiodescrição para estudantes com deficiência visual e, também, outras adequações necessárias para o público da educação especial. Nos momentos síncronos será disponibilizado recurso adequado para garantir a participação dos estudantes com deficiência.

2.12. Ações Afirmativas para ingresso e permanência

As Ações Afirmativas consistem em políticas públicas relacionadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ocorridos no passado ou no presente e voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade (RIBEIRO et al., 2016). No caso dos cursos de pós-graduação, diferentemente do que ocorreu em outros níveis de ensino (ensino médio e graduação), não existe uma legislação federal que regulamenta de forma unificada a política de cotas, respeitando-se a autonomia dos programas de pós-graduação das instituições de ensino superior, delegando a elas a criação destas a implantação destas ações (VENTURINI, 2017), conforme a Portaria Normativa MEC Nº 13, de 11 de maio de 2016 (BRASIL, 2016).

Nos cursos de pós-graduação do Ifes, as ações afirmativas seguem a Portaria Normativa MEC Nº 13, de 11 de maio de 2016 e a Lei 14.723/23, que atualiza a Lei de Cotas no ensino federal, bem como as Resoluções do Conselho Superior do Ifes e suas atualizações.

O Instituto Federal do Espírito Santo regulamentou, em 2017, as ações afirmativas para inclusão de negros, indígenas e pessoas com deficiência nos cursos e programas de Pós-graduação por meio da Resolução CS nº 10/2017. Também foi instituída a Comissão Permanente de Ações Afirmativas na Pós-graduação do Ifes (CPAA-Pós), que elabora documentos com recomendações relativas à reserva de vagas discentes e o acesso dos candidatos público-alvo dessas ações. A CPAA-Pós tem acompanhado o trabalho da Diretoria de Pós-graduação na revisão de editais dos processos seletivos e a publicação destes no sítio institucional, com tradução para Libras, as adequações nos projetos pedagógicos e regulamentos de cursos, além de assessorar as coordenações de curso sempre que necessário (CARVALHO; MELO, 2019).

De acordo com a Resolução do Conselho Superior do Ifes Nº 10/2017, do total de vagas disponíveis em cada processo seletivo fica reservado o mínimo de 25% das vagas para candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) e indígenas e 5% das vagas para candidatos com deficiência. As categorias preto, pardo e indígena serão definidas conforme as classificações utilizadas pelo IBGE e a categoria pessoa com deficiência será definida conforme o artigo 2º da Lei nº 13.146/2015 que considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, intelectual e/ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Essas categorias são discriminadas no Decreto Federal nº 3.298/1999 em seus artigos 3º e 4º, este último com a redação dada pelo Decreto

Federal nº 5.296/2004. Os candidatos que optarem pela reserva de vagas previstas farão sua opção no ato da inscrição, indicando apenas uma das modalidades de reserva de vagas. Os candidatos às vagas PPI e PcD serão convocados por comissões específicas do Instituto Federal do Espírito Santo para verificação da afirmação contida nos documentos de autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, seguindo as orientações da Comissão Permanente de Ações Afirmativa da Pós-graduação (CPAA-Pós/Ifes). O procedimento de verificação da afirmação contida na autodeclaração étnico-racial, conhecido como procedimento de heteroidentificação seguirá as orientações da Comissão Permanente de Verificação da Veracidade da Autodeclaração (CPVA/Ifes).

2.12.1. Napne-Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas

Os Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas - Napnes são núcleos instituídos nos campi do Ifes, formados por servidores de diversas áreas, que trabalham para desenvolver ações que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar as condições para o acesso, permanência e saída com êxito em seus cursos. Algumas das atribuições dos Napnes são: identificar os alunos com necessidades específicas e orientá-los sobre seus direitos; contribuir para a promoção do atendimento educacional especializado e orientar a respeito dele; promover a sensibilização sobre o tema; colaborar na promoção da acessibilidade; e contribuir para o fomento e a difusão de conhecimento acerca das tecnologias assistivas.

Conforme o Decreto Nº 7.611/11, entende-se como atendimento às pessoas com necessidades específicas, as ações que contribuem para a equidade de condições de acesso, permanência e saída com êxito dos discentes público-alvo da Educação Especial - pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Conforme observa a Resolução do Conselho Superior CS nº 55/2017, em seu Art. 1º, entende-se por “Aluno com Necessidades Específicas” o equivalente previsto em legislação educacional por “aluno público-alvo da Educação Especial”, a saber:

- Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;
- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Atualmente está englobado no transtorno de espectro autista, classificando-se como leve, moderado ou grave;
- Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles identificados com um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Os estudantes com necessidades específicas poderão ser identificados no processo seletivo (quando o candidato assinalar esta opção), de forma espontânea quando o próprio estudante apresenta a demanda à instituição, ou quando servidores ligados

diretamente aos setores de ensino perceberem alguma particularidade. Em todos os casos, após a identificação, os profissionais de acessibilidade selecionados para este curso, sob orientação Napne do Cefor, quando couber, junto com os profissionais do apoio pedagógico do curso e professores, realizarão o acolhimento inicial e avaliarão as demandas e procedimentos a serem adotados. O atendimento ao discente com necessidade específica será realizado de forma integrada, pelo professor de AEE contratado, considerando as diretrizes previstas nas Resoluções do Conselho Superior do Ifes nº 34/2017 e nº 55/2017 e a Instrução Normativa Proen/Ifes Nº 01/2020. Destacando que os estudantes com necessidades específicas em cursos EaD também estão amparados pela Resolução do Conselho Superior do Ifes Nº 47/2014 que instituiu a Política de Acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado para discentes de cursos à distância do Ifes.

O Napne do Cefor (napne.cefor@ifes.edu.br) é composto por uma equipe multidisciplinar composta por servidores docentes e técnicos em assuntos educacionais. Para fins de acessibilidade arquitetônica e estrutural em caso de encontros presenciais, o Cefor está situado em um terreno plano, possui rampa de acesso à entrada da unidade e ao piso térreo, bem como elevador para acesso aos andares superiores. No auditório a acessibilidade se dá por meio de portas largas e espaço para cadeiras de roda. O prédio conta com rampa de acesso a banheiro adaptado.

No curso de Pós-graduação Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, havendo demanda de estudantes público da educação especial, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e as Resoluções Ifes nº 34 e 55/2017, serão contratados tradutores e intérpretes de Libras e um professor de Atendimento Educacional Especializado. Importante destacar que por ser um curso a distância, por meio de plataforma digital e materiais pedagógicos digitais, serão produzidos e disponibilizados materiais em formatos acessíveis, como audiodescrição de imagens, vídeos, tradução do material para Libras e outros, em conformidade com a Instrução Normativa Proen/Ifes Nº 01/2020. Para o Atendimento Educacional Especializado, caso haja necessidade, será desenvolvida uma Sala Virtual de Atendimento Extraclasse para acompanhamento dos estudantes com demandas específicas.

Além do que é previsto na Política de Acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado para alunos de cursos a distância do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES, 2014), nas Resoluções do Conselho Superior nº 34 e 55/2017 e nos demais documentos institucionais, o acompanhamento dos alunos com necessidades específicas no curso de Pós-graduação Especialização em Docência em Educação Profissional e Tecnológica envolverá as seguintes ações:

- identificar o estudante com necessidades específicas no processo seletivo, durante a matrícula ou por identificação do professor;
- garantir todos os recursos de acessibilidade ao estudante com necessidade específica no processo seletivo: materiais, apoio e infraestrutura;
- informar aos estudantes sobre os apoios institucionais existentes, como o Napne;
- propor e instruir procedimentos educacionais diferenciados à coordenação do Curso de acordo com as necessidades específicas identificadas;
- discutir, incentivar e apoiar o estudante sobre estratégias de enfrentamento das dificuldades relatadas, seja por meio de orientação ao discente, professores ou com o auxílio sistematizado de um profissional da área de Educação Especial;

- orientar e acompanhar os docentes que atuam diretamente com o estudante esclarecendo e propondo alternativas para o processo ensino-aprendizagem, conforme Portaria nº 34 e 55 (2017);
- orientar professores e demais profissionais de apoio do curso sobre a adoção de procedimentos avaliativos flexíveis e com adequações tanto na elaboração, produção e correção das atividades. As correções deverão respeitar o ritmo de aprendizagem do estudante público da Educação Especial. Os professores mediadores receberão material com esclarecimentos quanto à forma de tratamento, vocabulário e outras informações relacionadas ao estudante que estiver matriculado.
- promover a escuta pedagógica, além de encontros e diálogos com os estudantes sobre Ações Afirmativas;
- garantir o atendimento educacional especializado para estudante com deficiência;
- abordar conteúdos relacionados à inclusão e à acessibilidade digital na EaD nas disciplinas do curso.

2.12.2. Neabi – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - Neabis são núcleos de caráter especializado, instituídos nos campi do Ifes, tendo como principal objetivo propor diretrizes e políticas na área da Educação para as Relações Étnico-Raciais no Ifes. Os Neabis são constituídos de forma interdisciplinar e agregam profissionais que trabalham nesta temática e têm a missão de garantir o cumprimento da Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais desenvolvida pelo Ifes, por meio da Resolução CS Nº 202/2016, a qual estabelece o levantamento, o resgate e a promoção de ações e atividades em cumprimento ao disposto em lei, pelos campi, a partir da sua sistematização no âmbito institucional.

O Ifes, por meio da Resolução CS 27/2020, define o regimento do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (Neabi). Nesta resolução, o “Neabi tem por finalidade desenvolver ações de Ensino, Pesquisa e Extensão orientadas às temáticas das identidades, das relações étnico-raciais e do racismo no contexto de nossa sociedade multiétnica e pluricultural”. A partir da interlocução com esse Núcleo serão desenvolvidas ações para promover a permanência e saída com êxito desses alunos.

O Neabi do Cefor (neabi.cefor@ifes.edu.br) é composto por servidores docentes e técnicos-administrativos, no intuito de garantir a participação democrática e a representatividade, fundamental para a efetiva implementação das Leis Nº 10.639/2003, Nº 11.645/2008 e Nº 12.711/2012, buscando o fortalecimento da Política de Educação das Relações Étnico-Raciais do Ifes e da Política de Ações Afirmativas no âmbito da educação brasileira.

2.12.3. Nepgens – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades

Os Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades – Nepgens têm seu funcionamento regulamentado pela Resolução Consup/Ifes Nº 35 de 16 de julho de 2021. O Nepgens do Cefor (nepgens.cefor@ifes.edu.br) tem a finalidade de promover ações com vistas a uma educação inclusiva e não sexista, que busque a equidade e a igualdade entre todos, o respeito a todas as manifestações de gênero, o reconhecimento e o respeito às diversas orientações sexuais, bem como o combate à

violência de gênero, à homofobia e a toda discriminação contra a comunidade LGBTQIA+. Busca-se, assim, gerar condições para a permanência, participação, aprendizagem e conclusão com aproveitamento e plena dignidade, em todos os níveis e modalidades de ensino, para pessoas de todas as manifestações de gênero e expressões de sexualidades; contribuindo, dessa maneira, para a inclusão e a formação de cidadãos(os) éticas(os) e solidárias(os) que praticam a cooperação e repúdio às injustiças.

2.13. Fontes de Recursos Orçamentários e Outras Receitas

Os recursos financeiros serão viabilizados pelo Governo do Estado do Espírito Santo, via Fapes, de acordo com o Decreto Nº 5009-R, de 11 de novembro de 2021 (ES, 2021), que institui o Sistema UniversidadES para expansão do Ensino Superior Público no Estado do Espírito Santo.

2.14. Plano de Aplicação Financeira de Cursos em Convênio

Plano de Aplicação Financeira de acordo com o Termo de Outorga 480/2025 da FAPES, no valor total de R\$ 1.094.400,00.

Quadro 1: Distribuição geral dos custos

TOTALIZAÇÃO DOS CUSTOS	
ITEM DE CUSTO	VALOR R\$
EQUIPE DO CURSO (BOLSAS)	785.620,00
COMISSÕES DO PROCESSO SELETIVO DE BOLSISTAS	18.044,48
COMISSÕES DO PROCESSO SELETIVO DE ALUNOS	33.785,40
MATERIAL PERMANENTE (CAPITAL)	129.284,49
MATERIAL DE CONSUMO (CUSTEIO)	25.905,63
DIÁRIAS (HOSPEDAGEM/ALIMENTAÇÃO)	15.160,00
PASSAGENS	23.800,00
SERVIÇO DE TERCEIROS (PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS)	62.800,00
TOTAL PARA A OFERTA DO CURSO:	1.094.400,00

Fonte: Termo de Outorga 480/2025 da FAPES

3. Corpo Docente e Técnico do Curso

A seleção do corpo docente do curso de especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) foi realizada a partir de critérios que privilegiaram a

expertise específica na área da EPT, considerando tanto a formação acadêmica quanto a experiência profissional dos professores formadores. Os docentes foram escolhidos em virtude de sua reconhecida competência técnico-pedagógica no campo da educação profissional e tecnológica, aliada à experiência prévia comprovada como professores formadores em cursos de especialização similares oferecidos na modalidade de Educação a Distância (EaD) com temática correlata. Essa combinação de conhecimento especializado e experiência prática em formação docente na modalidade EaD assegura a qualidade do processo formativo e a adequada mediação pedagógica necessária para o desenvolvimento das competências requeridas pelos futuros especialistas em docência para a EPT.

3.1. Corpo Docente do Curso

Nome	Danielle Piontkovsky		Titulação	Doutorado
UA (Lotação)	Ifes/Itapina		Cargo	Docente EBTT
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se	40h		CH dedicação ao curso	8h

aplica				
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do CV Lattes	https://lattes.cnpq.br/4709365241426340	

<u>Resumo do Currículo Lattes</u> Licenciada em Pedagogia, com Mestrado em Educação e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) e diretora de Pós-Graduação junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação deste Instituto (PRPPG). Também é professora e coordenadora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Mestrado Profissional em Rede Nacional - ProfEPT), tendo atuado como Coordenadora Geral no triênio 2019-2022. Desenvolve projetos e pesquisas científicas nas áreas de currículo, cultura, cotidianos escolares, juventudes, formação docente e educação profissional e tecnológica, assim como realiza orientações acadêmicas ligadas a tais áreas do conhecimento. Possui, portanto, experiência na área de Educação/Ensino com ênfase em Currículo, Cultura, Juventudes, Formação de Professores, Cotidiano Escolar e EPT. Participa como membro de Grupos de Pesquisa ligados ao CNPq: Grupo de Pesquisa Currículos, Cotidianos, Culturas e Redes de Conhecimentos, Grupo de Pesquisa Currículos-formação em redes, cotidianos escolares e direitos humanos e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Básica e Educação Profissional. Membro associado da Anped (GT Currículo) e da Associação Brasileira de Currículo (ABdC).				
---	--	--	--	--

Nome	Dulcileia Marchesi Costa		Titulação	Doutorado
------	--------------------------	--	-----------	-----------

UA (Lotação)	Ifes/Cefor		Cargo	Docente EBT
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		CH dedicação ao curso	8h
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do CV Lattes	http://lattes.cnpq.br/7208473596641602	
<u>Resumo do Currículo Lattes</u> Doutora em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), Mestra em Biologia Animal pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e graduação em Ciências Biológicas pela Ufes. Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor) do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). Coordenou os cursos de Pós-graduação Aperfeiçoamento em Formação Docente para Educação a Distância, e Pós-graduação Aperfeiçoamento em Design Educacional do Cefor/Ifes. Membro do Grupo de Pesquisa Educação e Tecnologia do Cefor/Ifes. Áreas de interesse: Educação a Distância, Educação Especial Inclusiva, Tecnologias Educacionais e Metodologias Ativas.				

Nome	Flávia Ribeiro Nascimento		Titulação	Doutorado
UA (Lotação)	Ifes/Itapina		Cargo	Docente EBT
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		CH dedicação ao curso	8h
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do CV Lattes	http://lattes.cnpq.br/9136472954259891	
<u>Resumo do Currículo Lattes</u> Doutora e Mestre em Educação pela UFES, com especialização em Educação e graduação em Pedagogia e Ciências Biológicas. Professora do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) Campus Itapina, atuando nos cursos de Licenciatura em Ciências Agrícolas e Pedagogia. Coordena o Núcleo de Pedagogia do Pibid/campus Itapina. Foi coordenadora da Rede de Educadores Ambientais do Ifes (2021-2023) e é membro do Núcleo de Educação Ambiental e Agroecologia do Ifes-Itapina. Líder do Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Educação, Sustentabilidade e Agroecologia (CNPq). Possui experiência em Educação Ambiental, formação de educadores, gestão educacional e Ensino de Ciências. Atuou na SEDU-ES e em projetos socioambientais e foi docente da Faculdade Saberes e da Pós-Graduação (DocentEPT. Atualmente, está como Diretora de Assuntos Estudantis do Ifes e docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades, Curso de Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades (PPGEH) do Ifes.				

Nome	Lidiane Leite Vasconcelos		Titulação	Mestrado
UA (Lotação)	Ifes/Cefor		Cargo	Docente EBT
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		CH dedicação ao curso	8h
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do CV Lattes	http://lattes.cnpq.br/3118461418563683	
<u>Resumo do Currículo Lattes</u> Mestre em Psicologia Institucional e graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), com lotação no Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cefor). Ministra disciplinas relacionadas à constituição do sujeito ético-político nos espaços de educação não formal; aos processos de aprendizagem articulados aos estudos sobre a medicalização da educação e da vida; e às questões de diversidade e inclusão no contexto educacional. Como pesquisadora, desenvolve seu trabalho vinculado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em Tecnologia Social e Educação (Labtec Ifes) e ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Educação Inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica (Ifes).				

Nome	Philippe Domingos		Titulação	Doutorado
UA (Lotação)	Ifes/Cefor		Cargo	Docente EBT
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		CH dedicação ao curso	8h
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do CV Lattes	http://lattes.cnpq.br/6185018281725392	
<u>Resumo do Currículo Lattes</u> Doutor e Mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL/UFES). Graduação em Letras/LIBRAS pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC-2012). Professor EBT do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (CEFOP/ IFES).				

Nome	Carla Ribeiro Macedo		Titulação	Mestre
UA (Lotação)	Ifes/Alegre		Cargo	Docente EBT
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		CH dedicação ao curso	8h
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do CV Lattes	http://lattes.cnpq.br/4298643089921876	
<u>Resumo do Currículo Lattes</u> Doutoranda em Educação na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Possui Mestrado em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2016). Especialização em Educação Especial. Especialização em Supervisão e Orientação Escolar. Graduação em Pedagogia - Habilitação em Administração Escolar pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (1997), Graduação em Letras - Habilitação em Português/Inglês e respectivas Literaturas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (2003). Atualmente é professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, campus de Alegre.				

Nome	Josiane Beltrame Milanesi		Titulação	Doutorado
UA (Lotação)	Ifes/Vitória		Cargo	Psicóloga

Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	40h		CH dedicação ao curso	8h
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do CV Lattes	http://lattes.cnpq.br/4910724686184736	

Resumo do Currículo Lattes

Graduação em pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2009), mestrado em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial) pela Universidade Federal de São Carlos (2012) e doutorado em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial) também pela Universidade Federal de São Carlos (2017). Já atuou como professora convidada da Universidade Federal do Pará pelo Plano Nacional de Formação dos Professores da educação Básica (PARFOR). Foi pesquisadora do Grupo de Pesquisa sobre Formação de Recursos Humanos em Educação Especial (GP-FOREESP) da Universidade Federal de São Carlos e integrante do Observatório Nacional de Educação Especial (ONESSP). É docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo atuando no campus Vitória e coordenadora do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial, atuando principalmente nos seguintes temas: diversidade, inclusão escolar, atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncionais, formação de professores, políticas públicas e deficiência intelectual.

Nome	Yvina Pavan Baldo		Titulação	Mestrado
UA (Lotação)	Ifes/Cefor		Cargo	Docente EBT
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		CH dedicação ao curso	8h

Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do CV Lattes	http://lattes.cnpq.br/8466328182785347
<u>Resumo do Currículo Lattes</u> Doutorado (em andamento) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) na linha de pesquisa Formação de Professores e Outros Agentes Educacionais. Mestrado em Informática (2001) pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Especialização em Práticas Pedagógicas pelo Instituto Federal do Espírito Santo (2022) e graduação em Tecnologia em Processamento de Dados (1997) pela Fundação de Assistência e Educação (Faesa). Atuou no Ensino Superior como professora na FAESA, como coordenadora da Universidade Aberta do Brasil UAB (2006 a 2008), Diretora de Educação a Distância (2009 a 2014) e coordenadora da pós-graduação lato sensu em Tecnologias Educacionais no Instituto Federal do Espírito Santo Ifes. Atualmente é professora com dedicação exclusiva no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância do Ifes, atuando em cursos de formação de professores na área de Tecnologias e coordenadora da pós-graduação lato sensu em Educação Especial Inclusiva. Tem experiência na área de Computação			

e Educação, com ênfase em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância, atuando principalmente nos seguintes temas: uso de tecnologias na educação e aspectos relativos à acessibilidade, os impactos das tecnologias nos processos de ensino-aprendizagem, inclusão digital, planejamento e implantação de cursos EaD.

3.2. Atribuições do corpo docente

O corpo docente do curso corresponde ao papel de “Professor Formador” no projeto e possui as seguintes atribuições:

- Planejamento e elaboração dos conteúdos e das atividades da disciplina.
- Planejamento e implementação da sala da disciplina no Moodle.
- Execução e acompanhamento das aulas da disciplina.
- Participação em reuniões pedagógicas e formações ofertadas.
- Coordenação dos professores mediadores ligados à disciplina.
- Participação como avaliador nos processos seletivos do curso.
- Elaboração de relatórios acadêmicos relativos à disciplina.
- Execução de outras tarefas compatíveis com as exigências do exercício da função.

Os servidores docentes efetivos do Ifes que atuarem no papel de Professor Formador poderão receber bolsa, respeitando o disposto no Art. 44. do Regulamento da Organização Didática (ROD) dos Cursos de Pós-Graduação, de Formação Continuada e Stricto Sensu do Ifes (IFES, 2023):

Art. 44. No caso de Cursos de Pós-Graduação de Formação Continuada realizados por meio de Convênio ou Contrato, os docentes do Ifes poderão atuar em conformidade com a Resolução do Conselho Superior 103/2022, pertinente à carga horária docente, e suas atualizações.

§1º Em casos que houver opção de computar a carga horária de atuação no Curso em sua carga horária total de trabalho semanal, não ocorrerá remuneração adicional ao docente, exceto no caso de bolsas de atividade de pesquisa obtidas por órgãos oficiais de fomento.

§2º Docentes com atividades de ensino nos Cursos de Pós-Graduação que recebem bolsas provenientes de órgãos fomentadores da Educação a Distância não poderão computar a carga horária em seu Plano Individual de Trabalho.

Assim, ao início das atividades os mesmos deverão optar pelo cômputo da carga horária no Plano Individual de Trabalho (PIT) ou pelo recebimento de bolsa sem cômputo de carga horária no PIT e com anuência da chefia imediata.

3.3. Atribuições do coordenador de curso

O docente coordenador de curso possui as seguintes atribuições:

- Coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades acadêmicas do

curso.

- Realização do planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção dos bolsistas.
- Acompanhamento e supervisão das atividades da equipe do curso e dos coordenadores de polo.
- Planejamento e controle das ações relativas ao Projeto Pedagógico do Curso.
- Elaboração de relatórios de pagamento dos bolsistas para a Coordenação UnAC.
- Execução de tarefas compatíveis com as exigências do exercício da função.

O coordenador do curso será indicado pelo Ifes, de acordo com § 6º do Art. 20 da Resolução nº 44/2016 (IFES, 2016a). Os servidores docentes efetivos do Ifes que atuarem no papel de **Coordenador de Curso** poderão receber bolsa, respeitando o disposto no Art. 44. do Regulamento da Organização Didática (ROD) dos Cursos de Pós-Graduação, de Formação Continuada e Stricto Sensu do Ifes (IFES, 2023).

3.4. Atribuições dos demais professores bolsistas

Além do corpo docente composto por servidores do Cefor, o curso contará com a participação de professores bolsistas, para atuação nos demais papéis previstos no curso, que serão contratados por meio de edital público seguindo os trâmites do Ifes e recomendações e parâmetros da UnAC. Respeitando o disposto no ROD da Pós-graduação do Ifes, comprovando perfil compatível com a atuação no curso, conforme disposto no quadro a seguir:

Quadro 2: Relação de bolsistas docentes e atribuições

Professor Bolsista	Atribuição
Professor Mediador	• Orientação e acompanhamento dos alunos nos conteúdos e nas atividades da disciplina. • Acompanhamento e intervenção no desempenho e na frequência dos alunos. • Atendimento para esclarecer dúvidas dos alunos. • Participação em reuniões pedagógicas e formações ofertadas. • Participação em reuniões com o professor formador da disciplina. • Correção de exercícios, trabalhos, provas e outras atividades acadêmicas. • Execução de outras tarefas compatíveis com as exigências do exercício da função.

Mediador Presencial	• Esclarecimento de dúvidas dos alunos em relação às atividades do curso. • Esclarecimento de dúvidas de alunos quanto ao acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem e ao Sistema Acadêmico e a outros softwares demandados pelas disciplinas. • Auxílio na organização de eventos relacionados à UnAC. • Aplicação de avaliações presenciais. • Organização das salas e equipamentos para as atividades realizadas presencialmente. • Interação frequentemente com os Professores Mediadores, eventualmente com os Professores Formadores e o Coordenador de Curso. • Elaboração de relatórios de acompanhamento das atividades desenvolvidas. • Realização da Busca Ativa dos alunos. • Participação de reuniões e capacitações ofertadas pelo Ifes e/ou polos, presenciais ou não. • Execução de outras tarefas compatíveis com as exigências do exercício da função.
Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE)	• Atuação em parceria com a equipe do curso para promoção das condições de acesso, participação e aprendizagem de alunos PcD (Pessoas com Deficiência). • Acompanhamento e atendimento aos alunos PcD matriculados no curso. • Elaboração e execução do plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade. • Execução de outras tarefas compatíveis com as exigências do exercício da função.
Professor Orientador	• Elaboração do plano de orientação, conforme o projeto de curso, considerando o tempo disponível para a realização da pesquisa. • Orientação do estudante com relação aos processos e normas acadêmicas em vigor. • Monitoramento das atividades do estudante com relação aos prazos e às entregas de etapas do trabalho de conclusão.

	• Presidência da banca de avaliação do trabalho de conclusão e responsabilidade pela elaboração da ata. • Execução de tarefas compatíveis com as exigências do exercício da função.
--	--

Fonte: Projeto aprovado no Termo de Outorga 1059/2023 da FAPES.

3.5. Corpo Técnico do Curso

Nome	Alessandro Poletto Oliveira			
UA (lotação)	Ifes/Cefor	Cargo	Pedagogo	
Regime de Trabalho 30h; 40h; DE	40h	Carga horária dedicação ao curso	4h	

Nome	Luciano Rodrigues Valin			
UA (lotação)	Ifes/Cefor	Cargo	Datilógrafo de textos gráficos	
Regime de Trabalho 30h; 40h; DE	40h	Carga horária dedicação ao curso	4h	

Além dos servidores técnico-administrativos do Ifes, para a execução desta proposta está prevista a contratação de uma equipe multidisciplinar que será selecionada pelo Cefor para atuação nos demais papéis previstos no curso, que serão contratados por meio de edital seguindo os trâmites do Ifes, recomendações e parâmetros da UnAC.

Quadro 3: Relação de bolsistas da equipe multidisciplinar e atribuições

Bolsista/função	Atribuição
Secretário Acadêmico	• Assessoramento e apoio à coordenação do projeto nas tarefas administrativas e acadêmicas. • Organização das rotinas operacionais e da documentação do projeto. • Atendimento à equipe do projeto, coordenadores, professores e alunos. • Solicitação de emissão de documentos acadêmicos. • Execução de tarefas compatíveis com as exigências do exercício da função.
Designer Educacional	• Gestão da equipe multidisciplinar responsável pela produção de materiais didáticos e de

	divulgação do curso e das disciplinas. • Organização, distribuição e acompanhamento das demandas, compartilhadas em Drive dedicado. • Elaboração de mapa de atividades em conjunto com o professor formador, aplicando metodologias e estratégias de ensino para elaboração de conteúdos e atividades para os alunos. • Suporte ao professor formador na produção dos objetos de aprendizagem. • Criação das salas do ambiente virtual de aprendizagem, considerando aspectos tecnológicos e acessíveis, em parceria com o professor de atendimento educacional especializado, o tradutor/intérprete de libras e o audiodescritor. • Validação da sala da disciplina no AVA com professor formador, bem como a verificação final da funcionalidade dos recursos e atividades antes da inserção dos alunos no ambiente virtual. • Participação em reuniões com a coordenadoria de design educacional da UnAC/lfes. • Execução de outras tarefas compatíveis com as exigências do exercício da função.
Tradutor e Intérprete de Libras - Língua Portuguesa (TILP)	• Interpretação de eventos para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). • Tradução dos materiais produzidos para a Libras. • Acompanhamento e atendimento aos alunos surdos matriculados no curso. • Execução de outras tarefas compatíveis com as exigências do exercício da função.

Fonte: Projeto aprovado no Termo de Outorga 480/2025 da FAPES.

De acordo com os parâmetros da UnAC, para os profissionais da equipe dos cursos, é obrigatório que seja realizado um Processo Seletivo Interno Simplificado para os cargos de: Secretário Acadêmico, Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE), Tradutor e Intérprete de Libras (caso necessário), Orientador de TFC e Professor Formador. Caso as vagas do processo seletivo não sejam

preenchidas, o diretor-geral do Cefor pode indicar os profissionais com a anuência do coordenador do curso.

Para os profissionais da equipe multidisciplinar é obrigatório que seja realizado um Processo Seletivo Externo para os cargos de: Designer Educacional (DE), Professor Mediador e Mediador Presencial. Assim, caso as vagas do processo seletivo não sejam preenchidas, o diretor-geral do Cefor pode indicar os profissionais com a anuência do coordenador do curso. É obrigatório que os candidatos sejam domiciliados no Espírito Santo.

4. Matriz Curricular

4.1. Componentes Curriculares ou Disciplinas

Semestre / Módulo	Descrição Componentes Curriculares	Nome do Professor(a) Responsável	Obrigatória ou Optativa/ Presencial ou a Distância	Carga Horária Presencial	Carga Horária EaD
2026	Fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica	Danielle Piontkovsky	Obrigatória EaD	4h	56h
	Aprendizagem e Educação de Jovens e Adultos	Lidiane Leite Vasconcelos	Obrigatória EaD	4h	56h
	Tecnologias educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica	Yvina Pavan Baldo	Obrigatória EaD	3h	42h
	Didática na Educação Profissional e Tecnológica	Flávia Ribeiro Nascimento	Obrigatória EaD	4h	56h
	Projeto pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica	Carla Ribeiro Macedo	Obrigatória EaD	4h	56h
	Inclusão e acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica	Josiane Milanesi Beltrame	Obrigatória EaD	4h	56h
	Libras	Philippe Domingos	Obrigatória EaD	3h	42h
2027/1	Trabalho Final de Curso	Dulcileia Marchesi Costa	Obrigatória EaD	4h	56h
Total da Carga Horária de Disciplinas Obrigatórias e Trabalho de Conclusão				30h	420h
Total de Carga Horária de Disciplina(s) Optativa(s) a ser cumprida					0
Carga Horária Total do Curso					450h

4.2. Ementário

Nome do Componente ou Disciplina: Fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica	
Carga Horária: 60h	Obrigatória
Objetivos	
Proporcionar aos pós-graduandos uma compreensão crítica dos fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), analisando as relações com o mundo do trabalho contemporâneo, as políticas educacionais e a formação humana integral, com vistas à formação de docentes críticos e comprometidos com uma prática educativa emancipatória.	
Ementa	
Estudo dos fundamentos teórico-metodológicos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), analisando dimensões históricas, políticas e pedagógicas. A disciplina problematiza o trabalho como princípio educativo e sua relação com a formação humana integral, considerando as transformações no mundo do trabalho e suas implicações para a formação docente e discente. Discute ainda políticas educacionais, marcos legais e estrutura organizacional e curricular da EPT no contexto brasileiro em diálogo com perspectivas emancipatórias.	
Conteúdo	
Unidade 1 - Introdução aos Fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) 1.1 Conceituação e delimitação do campo da EPT 1.2 Distinções entre educação profissional e formação geral 1.3 Origens e desenvolvimento histórico da EPT no Brasil: dos aprendizes artesanais aos institutos federais 1.4 Crítica à dualidade entre formação geral e formação profissional 1.5 A importância social da EPT para o contexto brasileiro: formação emancipatória dos sujeitos Unidade 2 - Relação entre Trabalho e Educação para uma Formação Integral 2.1 A centralidade do trabalho na formação humana 2.2 O trabalho como princípio educativo: fundamentos ontológicos do trabalho 2.3 Formação humana integral 2.4 Contribuições de Marx, Gramsci e Freire 2.5 A dualidade entre formação intelectual e formação para o trabalho 2.6 A integração entre teoria e prática Unidade 3 - Políticas e Organização da EPT no Brasil 3.1 Marcos legais e normativos: - LDB (Lei 9394/96), Decreto nº 5.154/2004, Resoluções/Diretrizes 3.2 Estrutura organizacional e curricular: - Modalidades de cursos e formas de oferta - Redes de oferta: Institutos Federais (rede federal), Sistema S, redes estaduais - Articulação com a Educação Básica e o Ensino Superior - A integração curricular na Educação Profissional e Tecnológica	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02 maio 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BARATO, Jarbas Novelino. **Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho.** São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco. **Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas.** São Paulo: Senac SP, 2017.

CORDEIRO SALES, Flaviana Anny; PEREIRA, Lucrécio de Lacerda de Sá. A educação profissional e tecnológica no Brasil: um estudo a partir de periódicos e dos anais da ANPEd. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 2, n. 23, p. 1-19, 2023. DOI: 10.15628/rbept.2023.14002. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14002>. Acesso em: 16 jun. 2025.

PEGORINI, Diana Gurgel. **Fundamentos da educação profissional: política, legislação e história.** 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.

PELISSARI, Lucas Barbosa. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 47, e114389, 2022. DOI: 10.1590/2175-6236114389. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/tNfT7jkd4WfXGDtYQWrFghf/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

PINHEIRO, Jeferson Oliveira; SANTOS, Rodrigo Henrique Silva dos. A educação profissional e tecnológica no Brasil: uma análise crítica da dualidade econômica e social. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/12922>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo. In: _____. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** 18. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

Bibliografia Complementar

BARATO, J. N. **Fazer bem feito: valores em educação profissional e tecnológica.** Brasília: UNESCO, 2015.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir.** Trad. Guilherme João Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: FabreFactum, 2010.

GOMES, Luiz Claudio Gonçalves. As escolas de aprendizes artífices e o ensino profissional na velha república. **Revista Vértices**, ano 5, n. 3, p. 54-74, set./dez. 2003.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SCHWARTZ, Y. O trabalho numa perspectiva filosófica. IN: NOZAKI, I. (org.). **Educação e trabalho: trabalhar, aprender, saber.** Campinas: Mercado de Letras; Cuiabá: UFMT, 2008.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

WOLLINGER, Paulo. **Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: uma abordagem epistemológica.** Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília. 2016.

Nome do Componente ou Disciplina: Aprendizagem e Educação de Jovens e Adultos para a Educação Profissional e Tecnológica	
Carga Horária: 60h	Obrigatória
Objetivos	
Discutir as influências do processo de aprendizagem no desenvolvimento de jovens e adultos. Analisar os fatores socioculturais, cognitivos e afetivos que influenciam a aprendizagem de estudantes jovens e adultos na EPT. Refletir sobre a importância de práticas pedagógicas que favoreçam aprendizagens significativas e emancipatórias na EJA-EPT. Discutir sobre o uso de tecnologias digitais para apoiar a aprendizagem no contexto da EJA-EPT. Refletir sobre os fatores que influenciam a permanência, o êxito e a construção de vínculos escolares por parte de jovens e adultos na EJA-EPT.	
Ementa	
Aprendizagem e desenvolvimento de jovens e adultos. As dimensões socioculturais, cognitivas e afetivas do processo de ensino-aprendizagem de jovens/adultos trabalhadores. Práticas pedagógicas na EJA-EPT: mediações para a aprendizagens significativas e emancipatórias no contexto da EJA-EPT. O uso de tecnologias para a aprendizagem no contexto da EJA-EPT. Trajetórias formativas na EJA-EPT.	
Conteúdo	
Desenvolvimento e aprendizagem de jovens e adultos nas principais correntes teóricas. A influência do processo de ensino e aprendizagem para o desenvolvimento do jovem/adulto. Fatores socioculturais, cognitivos e afetivos que influenciam a aprendizagem de estudantes jovens e adultos na EPT. Práticas pedagógicas na EJA-EPT: mediações para a aprendizagens significativas e emancipatórias no contexto da EJA-EPT. Letramento digital e o uso de tecnologias como ferramenta de apoio à aprendizagem de jovens e adultos na EPT. Trajetórias formativas na EJA-EPT.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
Avaliação da Aprendizagem	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.	
Bibliografia Básica	
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. JOAQUIM, B. dos S.; VÓVIO, C. L.; PESCE, L. Inclusão e letramento digital na educação de jovens e adultos: Uma análise teórica sob a perspectiva decolonial. Revista Linguagem em Foco , Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 248–268, 2020. DOI: 10.46230/2674-8266-12-4053. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/4053 . Acesso em: 23 jun. 2025.	

PAPALIA, Diane E.; MARTORELL, Gabriela. **Desenvolvimento humano**. 14. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2022. E-book. p.20. ISBN 9786558040132. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786558040132/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

PRESTES, Zoia Ribeiro; TUNES, Elizabeth; DA SILVA, Roberto Ribeiro. Para uma nova sociedade, uma nova escola: Vigotski, desenvolvimento humano e formação docente. **Revista de Educação Pública**, v. 33, n. jan/dez, p. 161-172, 2024.

Bibliografia Complementar

ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Editora Vozes Limitada, 2017.

JARDILINO, José Rubens L.; ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de. **Educação de jovens e adultos: sujeitos, saberes e práticas**. (Coleção docência em formação: educação de jovens e adultos). São Paulo: Cortez Editora, 2014. E-book. p.6. ISBN 9788524923937. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524923937/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

LEITE, Sérgio Antônio da S. **Afetividade e letramento na educação de jovens e adultos EJA**. São Paulo: Cortez Editora, 2014. E-book. p.19. ISBN 9788524922251. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524922251/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

Nome do Componente ou Disciplina: Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica

Carga Horária: 45h

Obrigatória

Objetivos

Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação Profissional descritas acima no perfil do egresso, em especial: conhecer, experimentar e produzir recursos educacionais com ferramentas de autoria para uso no ensino presencial, EaD ou híbrido.

Ementa

Modalidades de ensino, ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais, direitos autorais e inteligência artificial na educação.

Conteúdo

Modalidades de ensino: presencial, educação a distância e ensino híbrido. Ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais: visão geral de ferramentas e seu uso na experimentação e produção de recursos para educação profissional. Direitos autorais: Proteção dos direitos de autor, Licenças do movimento de Software Livre e licenças Creative Commons. A utilização da inteligência artificial a favor do processo de ensino e aprendizagem.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica

RADOMYSLER, Clio Nudel et al. **Ensino híbrido: o futuro que queremos?**[recurso eletrônico]. São Paulo : FGV Direito SP, 2023. 76 p. Disponível em: <<https://marinafeferbaum.com.br/material/ensino-hibrido-o-futuro-que-queremos/>>. Acesso em 22 mai 2025

MACHADO, Nathália Savione; LUPEPSO, Marina; JUNGBLUTH, Anna. Educação Híbrida. Disponível em: <https://nte-educacao.ufpr.br/wp-content/uploads/2021/12/livro_educacao_hibrida.pdf>. Acesso em 22 mai 2025.

FIGUEIREDO, Leonardo de Oliveira; ZEM LOPES, Aparecida Maria; VALIDORIO, Valeria Cristiane; MUSSIO, Simone Cristina. Desafios e impactos do uso da Inteligência Artificial na educação. **Educação Online**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 18, n. 44, p. e18234408, 2023. DOI: 10.36556/eol.v18i44.1506. Disponível em: <https://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/1506>. Acesso em: 22 maio. 2025.

MELLO, Cleyson de Moraes; ALMEIDA NETO, José Rogério Moura de; COSTA, Marcio Martins da. **Inteligência artificial e educação 6.0: os caminhos da educação inteligente**. Rio de Janeiro: Processo, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 maio 2025.

BATES, T. **Educar na era digital: design, ensino e aprendizagem**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2016. Disponível em: <[http://abed.org.br/arquivos/Educar na Era Digital.pdf](http://abed.org.br/arquivos/Educar_na_Era_Digital.pdf)>.

MENEZES, Elisângela Dias. Curso de direito autoral: do clássico ao digital. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 maio 2025.

CARVALHO, A.; FISCHER, T. Educação a distância e blended-learning: possibilidades e desafios na construção de designs curriculares no contexto da cultura digital. In: CIET:EnPET|ESUD:CIESUD, 2022, São Carlos-SP. Anais eletrônicos. Disponível em: <<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/view/2170/1905>>. Acesso em: 12 mai. 2025.

Bibliografia Complementar

PORVIR. **Tecnologias na Educação**. Disponível em <<https://porvir.org/especiais/tecnologia/>>. Acesso em: 12 mai. 2025.

BACICH, Lilian; NETO, Adolfo T.; TREVISANI, Fernando M. Ensino híbrido. Porto Alegre: Penso, 2015. E-book. p.i. ISBN 9788584290499. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584290499/>. Acesso em: 22 mai. 2025.

MOORE. Michael G.; KEARSLEY, Greg. Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SANTOS, A. **Recursos Educacionais Abertos no Brasil: [livro eletrônico] : o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação**. São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002279/227970por.pdf>>. Acesso

em: 12 mai. 2025.

PONTES, E. **O que é esse tal de copyright?**. 2017. Disponível em: <<https://eadbox.com/copyright/>>. Acesso em: 12 mai. 2025.

CREATIVE COMMONS BR. **Licenças Creative Commons**. Disponível em:

<<https://br.creativecommons.org/>>. Acesso em: 12 mai. 2025.

MILL, D. Educação a Distância: cenários, dilemas e perspectivas. Revista Educação Pública., Maio 2016, vol.25, no.59, suppl.2, p.432-454. ISSN 2238-2097. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/3821>>. Acesso em: 12 mai. 2025.

Nome do Componente ou Disciplina: Didática em Educação Profissional e Tecnológica

Carga Horária: 60h (40h teórica e 20h prática)

Obrigatória

Objetivos

Compreender e aplicar os fundamentos da didática na Educação Profissional e Tecnológica, articulando saberes teóricos, práticos e tecnológicos no planejamento, mediação e avaliação de processos formativos voltados ao mundo do trabalho. Objetivos específicos também pretendem ser atingidos, tais como: Analisar os fundamentos teórico-metodológicos da Didática aplicados à EPT. Compreender a Didática Profissional como mediação entre o conhecimento técnico e pedagógico. Planejar práticas pedagógicas considerando os princípios da EPT e do ensino por competências. Aplicar metodologias ativas e recursos tecnológicos na organização do ensino técnico e tecnológico. Refletir sobre os processos avaliativos na EPT com ênfase na avaliação formativa e nas competências profissionais.

Ementa

Fundamentos teóricos e metodológicos da didática aplicada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Didática Profissional como campo de mediação entre o saber-fazer e o saber ensinar na formação técnica e tecnológica. A atividade pedagógica centrada na aprendizagem do trabalho e nos saberes da experiência. Planejamento do ensino na EPT: estratégias didáticas e metodologias ativas. Avaliação no contexto da prática docente profissional. Elaboração de instrumentos pedagógicos e avaliativos sintonizados às demandas da formação técnica integrada ao mundo do trabalho e às políticas públicas educacionais.

Conteúdo

Unidade 1: Fundamentos da Didática na EPT

- Origem e evolução da Didática;
- Especificidades da Didática na formação técnica e tecnológica;
- A Didática Profissional: saberes, práticas e mediações.

Unidade 2: Planejamento do Ensino na EPT

- O papel do docente na EPT;
- Elaboração de planos de ensino e planos de aula;
- Organização curricular e interdisciplinaridade.

Unidade 3: Metodologias Ativas e Tecnologias Educacionais

- Metodologias ativas (PBL, sala de aula invertida, gamificação etc.);
- Recursos digitais e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) no ensino técnico;
- Práticas híbridas e ensino remoto na EPT.

Unidade 4: Avaliação na Educação Profissional

- Avaliação diagnóstica, formativa e somativa;
- Avaliação por competências e indicadores de desempenho;
- Instrumentos e práticas avaliativas na EPT.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia adotada será centrada na participação ativa dos estudantes e na aprendizagem significativa, com atividades prioritariamente realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Serão utilizadas estratégias de mediação pedagógica, recursos digitais e metodologias que integrem momentos síncronos e assíncronos, promovendo o engajamento, a autonomia e a construção colaborativa do conhecimento. O professor responsável atuará como formador e mediador, realizando o atendimento aos estudantes pelo AVA com retorno em até 24 horas úteis, assegurando acompanhamento contínuo, feedbacks formativos e uma experiência de aprendizagem acolhedora e inclusiva.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação será contínua, diagnóstica e formativa, priorizando o processo de produção do conhecimento, a aplicação prática dos conteúdos e a participação ativa dos estudantes nas atividades propostas. Serão considerados instrumentos diversos, desenvolvidos ao longo da disciplina, que estimulem a reflexão crítica, a criatividade e a articulação entre teoria e prática. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os estudantes com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação. SETEC. **Referenciais para os cursos de formação pedagógica para docentes da Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: MEC/SETEC, 2020.

GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

PACHECO, Eliezer; RAMOS, Marise Nogueira. **Educação Profissional e Tecnológica: fundamentos e perspectivas**. Brasília: SETEC/MEC, 2022.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade de. **Didática e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2019.

Bibliografia Complementar

BACICH, Lilian; MORAN, José Manuel (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2018.

BARATO, Jarbas Novelino. **Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica**. Brasília: UNESCO, 2015.

DALTRO, G.; ALLAIN, O. **10 estratégias didáticas para a Educação Profissional**. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em: <https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5_b492448a8e.pdf>

MACHADO, Lucília Regina de Souza; KFOURI, Luciana Maria Allan (org.). **Didática na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Instituto Federal de Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifb.edu.br/handle/123456789/349>. Acesso em: 25 abr. 2025.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2021.

PRETTO, Nelson De Luca; MACEDO, José Rivair. **Educação profissional e tecnológica: caminhos e perspectivas.** Salvador: EDUFBA, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35358>. Acesso em: 25 abr. 2025.

Nome do Componente ou Disciplina: Projeto Pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica	
Carga Horária: 60h	Obrigatória
Objetivos	
Objetivo geral: Compreender e analisar criticamente os fundamentos, diretrizes e práticas que orientam a elaboração e a implementação de projetos pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), promovendo a articulação entre teoria e prática, trabalho e educação, com vistas ao desenvolvimento de propostas curriculares comprometidas com a formação humana integral e emancipadora, com a inclusão social e com a valorização dos saberes técnico-científicos e culturais. Como objetivos específicos temos: Identificar os marcos legais e normativos que regulam a EPT no Brasil; Analisar a função e os elementos constitutivos dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) na EPT; Compreender a concepção de trabalho como princípio educativo e sua implicação curricular; Estudar o reconhecimento de saberes e competências como dimensão formativa e pedagógica.	
Ementa	
Estudo dos fundamentos teórico-metodológicos dos projetos pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). As bases legais e normativas da EPT e sua influência na construção curricular. A concepção de trabalho como princípio educativo e sua centralidade nos projetos pedagógicos. Currículo integrado, interdisciplinaridade e contextualização na organização dos cursos. Elaboração, avaliação e reformulação de projetos pedagógicos à luz dos desafios contemporâneos da EPT. A articulação entre a educação básica e a formação profissional e tecnológica.	
Conteúdo	
Fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT); Legislação e diretrizes curriculares da EPT; Trabalho como Princípio Educativo e Currículo Integrado; Projeto Pedagógico de Curso (PPC): Conceito, Função e Construção; currículo de EPT na modalidade EJA e EaD. Pesquisa e extensão como princípios metodológicos nos currículos da EPT.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
Avaliação da Aprendizagem	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.	

Bibliografia Básica

- BRASIL. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Disponível em: <https://cnct.mec.gov.br/>, acesso em 16/04/2025
- _____. Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Disponível em: <https://cncst.mec.gov.br/>, acesso em 16/04/2025
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm, acesso em 06/03/2025.
- _____. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021**- Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2021-pdf/167931-rcp001-21/file>, acesso em 16/04/2025
- _____. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 3, DE 8 DE ABRIL DE 2025**. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos - EJA. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne-ceb-n-3-de-8-de-abril-de-2025-622879826>. Acesso em 16/04/2025
- CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. Trabalho Necessário, Niterói, v. 3, n. 3, p. 01-20, 2005. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/issue/view/266>. Acesso em: 21 dez. 2019.
- HAESER FERREIRA NERY, P.; MARIA PONTES RIBEIRO, J. O Projeto Político Pedagógico: Uma Discussão Sobre Identidade E Identidades Na Rede Federal De Educação Profissional E Tecnológica (EPT). **Revista Conexão na Amazônia**, [S. l.], v. 2, n. edição especial, p. 188–210, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifac.edu.br/index.php/revistarca/article/view/88>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 32, p. 152-165, jan./abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782007000100012&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 21 dez. 2019.
- SILVA, Caetana Juracy Rezende; PACHECO, Eliezer Moreira. A concepção do projeto político pedagógico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 22, p. e13658, 2022. DOI: 10.15628/rbept.2022.13658. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13658>. Acesso em: 25 jun. 2025.

Bibliografia Complementar

- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. RAMOS, M. (Org.). Ensino Médio Integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005
- RAMOS, M. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, J. (org.). Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 42-57.
- _____. Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: ARAÚJO, A. C.; SILVA, C. N. N. (orgs.). Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017. p. 20-43.

Nome do Componente ou Disciplina: Inclusão e Acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica	
Carga Horária: 60h	Obrigatória
Objetivos	
Problematizar o currículo na Educação Profissional e Tecnológica inclusiva. Discutir, criticamente, o planejamento da prática educativa para que o currículo contemple adequações necessárias para o atendimento das diferenças e das especificidades da educação profissional. Compreender a prática da avaliação do aproveitamento escolar do aluno com deficiência.	
Ementa	
Modelos teóricos sobre deficiência: implicações históricas, conceituais e políticas. Deficiência, desenvolvimento e mundo do trabalho. Público da Educação Especial na interface com a EPT. Práticas inclusivas na Educação Profissional. Acessibilidade e tecnologias assistivas.	
Conteúdo	
Modelos teóricos da deficiência: perspectivas históricas, legais e científicas O processo ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência A inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. Práticas pedagógicas inclusivas e avaliação Acessibilidade e tecnologias O atendimento educacional especializado na EPT	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
Avaliação da Aprendizagem	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N° 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N°34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N° 13.146/2015.	

Bibliografia Básica

- BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: Assistiva, 2017. Disponível em: <https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 04 abril 2025.
- COTONHOTO, Larissy Alves; BERGER ANDRADE, Mariella. Acessibilidade na Formação Docente para Atuar na Educação Profissional e Tecnológica: DOCENTEPT inclusivo. **Revista Eletrônica Sala de Aula em Foco**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 106–122, 2025. DOI: 10.36524/saladeaula.v14i1.3149. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/saladeaula/article/view/3149>.. Acesso em: 20 abr. 2025.
- FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, [S.l.], v. 17, n. 31, p. 59-73, dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/l/article/view/25723>>.
- FURTADO, K. D. P. **Formação docente para adequação curricular por meio do plano de ensino individualizado**. 2022. 81 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.
- SANTOS, E. C. dos; MILANESI, J. B.; OLIVEIRA, S. F. M. A. de. (Org). **A Educação Especial Inclusiva no Instituto Federal do Espírito Santo: políticas, formação e práticas**. Vitória: Edifes, [NO PRELO].
- SONZA, Andréa Poletto; SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson. **Reflexões sobre o currículo inclusivo**. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <<https://cta.ifrs.edu.br/livro-reflexoes-sobre-o-curriculo-inclusivo/>>. Acesso em abril de 2020.
- TRUGILHO DA SILVA, Sirley. Implicações Educacionais da Avaliação Biopsicossocial da Pessoa com Deficiência. **Revista Eletrônica Sala de Aula em Foco**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 32–45, 2025. DOI: 10.36524/saladeaula.v14i1.3083. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/saladeaula/article/view/3083>.. Acesso em: 20 abr. 2025.

Bibliografia Complementar

- ARAUJO PEREIRA BORGES, Adriana; PIMENTEL HÔHER CAMARGO, Sígla. **Plano educacional Individualizado para alunos com deficiências**. [S.l.]: Editora Ampla, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- JESUS, D. M. de; VICTOR, S. L.; GONÇALVES, A. F. S. (org.). **Formação, práticas pedagógicas e inclusão escolar no Observatório Estadual de Educação Especial** [recurso eletrônico] /São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015. Disponível: <_06/editora/formacao.pdf" [HYPERLINK "http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf"](http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf)[HYPERLINK "http://abpee.net/homepageabpee04_06/ediHYPERLINK "http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf"](http://abpee.net/homepageabpee04_06/ediHYPERLINK)>.
- Acesso em: 18 de maio de 2018.
- LEME, Maria Eduarda Silva. **Deficiência e o mundo do trabalho: discursos e contradições**. 1. ed. campinas: Autores Associados, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. 8. ed. São Paulo: Summus, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- PLETSCH, M. D. Educação Especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. **Revista Poiesis Pedagógica**. Catalão/GO, v. 12, n° 1, p. 7-26, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/31204/16802>. Acesso em: 28 nov. 2014.
- SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson; TURCATTI, Alissa. **Manual de acessibilidade em documentos digitais** / Bruna Poletto Salton,. – Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017.
- SMITH, D. D. **Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão** (5a. ed.). Porto Alegre, Artmed, 2016. [Minha Biblioteca]
- VALLE, J. W; CONNOR, D. J. **Ressignificando a deficiência- a Abordagem Social Às Práticas Inclusivas na Escola**. Amgh Editora, 2014. [Minha biblioteca]

Nome do Componente ou Disciplina: Trabalho Final de Curso	
Carga Horária: 60h (40h teórica e 20h prática)	Obrigatória
Objetivos	
Desenvolver o trabalho final de curso com um olhar crítico do processo ensino e aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica. Desenvolver competências em relação ao uso da metodologia científica na pesquisa e no ensino. Exercitar as competências didáticas no ambiente escolar e compreender a escola técnica como uma comunidade de práticas da Educação Profissional. Identificar os passos de um projeto de pesquisa. Conhecer e correlacionar os fundamentos, os métodos e as técnicas de análise presentes na produção do conhecimento científico. Elaborar e desenvolver pesquisas e trabalhos científicos obedecendo às orientações e normas vigentes das Instituições de Ensino e Pesquisa no Brasil e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).	
Ementa	
Delineamento do projeto de intervenção. Aspectos éticos da pesquisa e a construção de uma postura analítico-crítica. Tendências metodológicas na pesquisa educacional. Desenvolvimento de projeto de intervenção na prática docente. Planejamento, elaboração e apresentação do trabalho final de curso. Normas para a produção científica.	
Conteúdo	
Classificações da pesquisa. Planejamento da pesquisa. Procedimentos metodológicos. Aspectos éticos da pesquisa. Revisão das principais atividades desenvolvidas ao longo do curso para subsídio à intervenção. Elaboração do projeto de intervenção. Implementação do projeto de intervenção. Análise e interpretação de dados da pesquisa. Sistemas de normatizações acadêmicas da ABNT. Redação do trabalho final de curso.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) contemplando múltiplas abordagens com momentos síncronos, assíncronos e para a defesa do TCF. Os recursos utilizados incluem videoaulas, livros digitais, materiais de estudo interativos, utilização das bibliotecas virtuais e repositórios para a pesquisa. O principal interlocutor desse processo formativo será o professor orientador da disciplina. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Para as orientações, serão agendadas reuniões online individuais ou em grupo com o professor orientador.	
Avaliação da Aprendizagem	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e o desempenho dos alunos. A avaliação poderá ser composta por entregas parciais das etapas de elaboração do trabalho final de curso, por meio de atividades síncronas e assíncronas realizadas no ambiente virtual de aprendizagem Moodle do Ifes ou com apoio de ferramenta de webconferência e pela defesa individual do trabalho. O acompanhamento dos estudantes, para fins de verificação do desempenho acadêmico e orientação, será realizado pelo professor orientador e a nota final emitida pela banca avaliadora. Serão considerados aprovados os discentes avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos) pela banca avaliadora do TFC. A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5.626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência,	

conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica

FERNANDEZ, Brena Paula M. **Métodos e técnicas de pesquisa**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502173712. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502173712/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 11 abr. 2025.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 7ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. ISBN 9788597020991. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597020991/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

Instituto Federal do Espírito Santo. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos**: documento impresso e/ou digital. 8 ed. rev. e ampl.– Vitória : Ifes, 2017. Disponível em: https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Comunicacao/caderno_normas_tcc_2017-277_rev_27-11.pdf. Acesso em: 11 abr. 2025.

LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597026610. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026610/>. Acesso em: 11 abr. 2025.

LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9788597026580. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026580/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Pesquisa em educação**: Abordagens Qualitativas. São Paulo: Grupo GEN, 2013. E-book. ISBN 978-85-216-2306-9. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2306-9/>. Acesso em: 11 abr. 2025.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela K. **Metodologia da pesquisa em educação**: Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Mistas. São Paulo: Grupo Almedina, 2021. E-book. ISBN 9786586618518. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586618518/>. Acesso em: 11 abr. 2025.

MELLÃO, M; RIBEIRO, D. G; PINHA, M. L. S. **Observações em sala de aula, algumas percepções**. Colloquium Humanarum, v. 11, n. Especial, p. 1042-1049. jul./dez. 2014.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022. E-book. ISBN 9786555553055. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555553055/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

Bibliografia Complementar

DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel P.; JÚNIOR, José A. V A. **Design science research**: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia. Porto Alegre: Grupo A, 2015. E-book. ISBN 9788582605530. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582605530/>. Acesso em: 11 abr. 2025.

GIL, Antonio C. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9786559770496. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770496/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

LACRUZ, Adonai J.; LEITE, Maria Clara de O. **Organizando projetos de pesquisa**: de forma prática, elaborada e sem complicação. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2023. E-book. ISBN 9788550819105. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788550819105/>.

Acesso em: 11 abr. 2025.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597008821. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>. Acesso em: 11 abr. 2025.

PIMENTA, Selma G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?**. 11. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012. E-book. ISBN 9786555550146. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555550146/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em educação: observação**. Brasília: Plano, 2003.

Nome do Componente ou Disciplina: Libras	
Carga Horária: 45 (42h teórica e 3h prática)	Obrigatória
Objetivos	
Objetivo Geral: Promover o domínio das competências linguísticas em Libras, do conhecimento sobre a cultura surda, dos aspectos educacionais da surdez bem como as estratégias de acessibilidade comunicativa, capacitando educadores da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para atuar de forma inclusiva, crítica e pedagogicamente fundamentada no ensino de alunos surdos e ouvintes, em conformidade com as políticas públicas e as demandas específicas da educação profissional. Objetivos Específicos: Identificar os elementos constitutivos da cultura surda e sua influência no processo de ensino-aprendizagem, especialmente na EPT; Dominar vocabulário em nível iniciante de maneira a reconhecer e comunicar informações simples, em contextos informais e da educação tecnológica; Discutir as barreiras comunicacionais e pedagógicas enfrentadas por estudantes surdos em ambientes de educação profissional e propor soluções inclusivas; Adaptar materiais didáticos e metodologias de ensino, utilizando linguagens visuais apropriadas e recursos tecnológicos comunicacionais em Libras; Trabalhar em parceria com intérpretes de Libras e profissionais de acessibilidade, fortalecendo a inclusão nos momentos de aula bem como no contexto geral da instituição.	
Ementa	
Fundamentos históricos, culturais e identitários da comunidade surda. Comunicação em Libras em contextos da informais e da Educação Tecnológica; Surdez e educação: barreiras comunicacionais e estratégias pedagógicas inclusivas. Recursos didáticos acessíveis em Libras. Legislação e políticas públicas de acessibilidade em Libras. Práticas pedagógicas colaborativas entre docentes, intérpretes e outros profissionais da Educação Tecnológica.	
Conteúdo	
1. História da educação de surdos no Brasil e no mundo. 2. Identidade e cultura surda 3. Mitos e verdades sobre a Libras e sobre a surdez 4. Noções básicas de linguística da Libras 5. Legislação brasileira sobre acessibilidade e Libras 6. Tradução e Adaptação de materiais didáticos para alunos surdos 7. O Papel do intérprete de Libras na educação profissional 8. Trabalho colaborativo com intérpretes 9. Recursos tecnológicos de acessibilidade para surdos 10. Comunicação em Libras em contextos informal e da Educação Tecnológica.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) contemplando múltiplas abordagens com momentos síncronos, assíncronos e para a defesa do TCF. Os recursos utilizados incluem videoaulas, livros digitais, materiais de estudo interativos, utilização das bibliotecas virtuais e repositórios para a pesquisa. O principal interlocutor desse processo formativo será o professor orientador da disciplina. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Para as orientações,	

serão agendadas reuniões online individuais ou em grupo com o professor orientador.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e o desempenho dos alunos. A avaliação poderá ser composta por entregas parciais das etapas de elaboração do trabalho final de curso, por meio de atividades síncronas e assíncronas realizadas no ambiente virtual de aprendizagem Moodle do Ifes ou com apoio de ferramenta de webconferência e pela defesa individual do trabalho. O acompanhamento dos estudantes, para fins de verificação do desempenho acadêmico e orientação, será realizado pelo professor orientador e a nota final emitida pela banca avaliadora. Serão considerados aprovados os discentes avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos) pela banca avaliadora do TFC. A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5.626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica

CORRÊA, Ygor; CRUZ, Carina R. **Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais**. Porto Alegre: Penso, 2019. E-book. ISBN: 9788584291687 Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584291687/>

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira (org.); SANTOS, Lara Ferreira dos; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Libras: aspectos fundamentais**. 1. ed. Curitiba, PR: Intersaberes, 2019. E-book. ISBN: 798-85-5972-889-7 Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/169745/pdf/0>

MORAIS, Carlos E L.; PLINSKI, Rejane R K.; MARTINS, Gabriel P. T C.; et al. **Libras**. 2. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2019. ISBN: 9788595027305 Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595027305/>

Bibliografia Complementar

QUADROS, Ronice Müller de; MACHADO, Rodrigo Nogueira; SILVA, Jair Barbosa da. **Introdução ao estudo da Libras**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2025. E-book. ISBN: 798-65-5541-637-4 Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/222186/pdf/0>

BEGROW, Cecilia Moura, Desirée De V. **Libras e surdos: políticas, linguagem e inclusão**. São Paulo: Editora Contexto, 2024. E-book. ISBN: 9786555413953. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555413953>

QUADROS, Ronice M. **Língua de herança**. Porto Alegre: Penso, 2017. E-book. ISBN: 9788584291113. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584291113/>

5. Estágio

Não haverá estágio no curso.

6. Referências

BARATO, Jarbas Novelino. **Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica**. Brasília: UNESCO, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233600>. Acesso em 25 jun 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 jun 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 25 jun 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 11/2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF: CNE/CEB, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 jun 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 25 jun 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF: CNE/CEB, 2012. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb006_12.pdf. Acesso em: 25 jun 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018**. Estabelece diretrizes e normas para o ensino de pós-graduação *lato sensu*. Brasília, DF: CNE/CES, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em: 25 jun 2025.

DURRIVE, L. A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, supl. 1, p. 47-67, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/03.pdf>. Acesso em 25 jun 2025.

GARÇON, Anne-Françoise. Les techniques et l'imaginaire. Une question incontournable pour l'historien. **Hypothèses**, n. 1, p. 221-228, 2005.

GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação. **Trabalho & Educação**, v. 28, n. 2, p. 15-50, maio-ago. 2019.

GÜÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo**: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, André-Georges. **La Technologie science humaine**. Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JONNAERT, P. **Competências e socioconstrutivismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated Learning**: Legitimate Peripheral Participation. New York: Cambridge University Press, 1991.

MAUSS, M. Les techniques du corps. **Journal de Psychologie**, XXXII, n. 3-4, p. 271-293, 15 mar. - 15 abr. 1936. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/6_Techniques_corps/techniques_corps.pdf. Acesso em 25 jun 2025.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. **As estatísticas da Educação Profissional**: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

MORAES, Gustavo Henrique. **Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade**: a formação da Identidade dos Institutos Federais. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PASTRÉ, P. A análise do trabalho em Didática Profissional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 98, n. 250, p. 624-637, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>. Acesso em 25 jun 2025.

ROSE, M. **O saber no trabalho**: valorização da inteligência do trabalhador. São Paulo: Senac, 2007.

SENNETT, Richard. **O Artífice**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SIGAUT, F. **Comment homo devient faber**. Paris: CNRS Éditions, 2012.

SIGAUT, François. Techniques, technologies, apprentissage et plaisir au travail. **Techniques & Culture**, n. 52, p. 40-49, 2009. Publicado em 2016.

VERGNAUD, Gérard; PASTRÉ, Pierre; MAYEN, Patrick. La didactique professionnelle. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional**: princípios e

referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/Livro+Didatica+Profissional-VFINAL-I-SBN-online.pdf/9367b0c5-009e-4552-9330-2503828e71ad>. Acesso em 25 jun 2025.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Daniel-Coronel/publication/287438802_O_conceito_de_tecnologia_por_Alvaro_Viera_Pinto/links/56794fd208ae62362f2e736c/O-conceito-de-tecnologia-por-Alvaro-Viera-Pinto.pdf. Acesso em 25 jun 2025.

WENGER, E. **Communities of practice**: learning, meaning and identity. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1998. Disponível em: <https://www.wenger-trayner.com/wp-content/uploads/2022/06/2000-EWT-Article-for-Organization-CoPs-and-social-learning-systems.pdf>. Acesso em 25 jun 2025.

WOLLINGER, Paulo. **Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental**: Uma Abordagem Epistemológica. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21328/1/2016_PauloRobertoWollinger.pdf. Acesso em 25 jun 2025.



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO Nº 4/2025 - CEF-DIR (11.02.44)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 23/09/2025 16:43)

LARISSY ALVES COTONHOTO

PROFESSOR DO ENSINO BASICO TECNICO E TECNOLOGICO

CEF-CGE (11.02.38.01.05)

Matrícula: 1329649

Visualize o documento original em <https://sipac.ifes.edu.br/documentos/> informando seu número: **4**, ano: **2025**, tipo:
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO, data de emissão: **23/09/2025** e o código de verificação: **7c8dbe23ab**